

O PORTO MARAVILHA

e os Desafios da Reintegração Econômica
da Região na Dinâmica da Cidade

BOLETIM SEMESTRAL

Nº 03 | JULHO DE 2013



OS PEQUENOS NEGÓCIOS EM FOCO



SEBRAE/RJ Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio do Janeiro

Rua Santa Luzia, 685 – 6º, 7º e 9º andares – Centro

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20030-041

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

Jésus Mendes Costa

Diretor Superintendente

Cesar Vasquez

Diretores

Armando Clemente

Evandro Peçanha Alves

Gerente da Unidade de Conhecimento e Competitividade

Cesar Kirszenblatt

Equipe Técnica de Estudos e Pesquisas

Responsável: Bernardo Pereira Monzo

Juliana Cristina Carlos de Oliveira

Norma Suely Cerqueira Mesquita

Patrícia Reis Pereira

Igor Thiers Leve

Equipe do Instituto de Estudos

do Trabalho e Sociedade - IETS

Adriana Fontes

Fabrícia Guimarães

Samuel Franco

Valéria Pero (IE-UFRJ)

Elaboração de Conteúdo



Projeto Gráfico e Diagramação:

Maria Clara Thedim | www.mathedim.com.br

P839 O porto maravilha e os desafios da reintegração econômica da

região na dinâmica da cidade /

Observatório Sebrae/RJ . Rio de Janeiro, Sebrae , 2013.

20 p. (Boletim semestral ; n.3 , jul. 2013)

1. Informação socioeconômica – Rio de Janeiro. I. Serviço Apoio às
Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro. II. Série

CDU 338.12[815.3]

SUMÁRIO

BOLETIM SEMESTRAL

APRESENTAÇÃO	05
OPINIÃO DE ESPECIALISTAS	
CEZAR VASQUEZ E FLÁVIA GUERRA – Sebrae no Porto: presente na transformação dos pequenos negócios	07
ALBERTO SILVA – Porto Maravilha e Inclusão Socioprodutiva	13
GIOVANNI HARVEY – Políticas Públicas e alternativas para a manutenção e o desenvolvimento dos micro e pequenos negócios tradicionais	17
UM PANORAMA SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO PORTUÁRIA	
INTRODUÇÃO	23
PROJETO PORTO MARAVILHA: UMA BREVE REVISÃO SOBRE DELIMITAÇÃO E DESAFIOS DE REINTEGRAÇÃO DA REGIÃO	24
RETRATO DA REGIÃO PORTUÁRIA: UM OLHAR SOBRE OS DADOS DEMOGRÁFICOS E DE INFRAESTRUTURA	28
AMPLIANDO O OLHAR: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO E DO ENTORNO	34
ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS FORMAIS: A DINÂMICA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA REGIÃO	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51



APRESENTAÇÃO

PORTO MARAVILHA

No processo de retomada do desenvolvimento do Rio de Janeiro, a região portuária tem papel fundamental. Os grandes investimentos previstos e já realizados na região, historicamente marcada por um intenso processo de degradação, pobreza e abandono, podem gerar efeitos sobre a população local e sobre a dinâmica de desenvolvimento da cidade.

A reintegração econômica da região portuária e da população local na dinâmica da cidade passam por enormes desafios como insuficiência de renda, baixa escolaridade e favelização, bem como o maior fluxo de pessoas circulando na região.

Este Boletim visa contribuir para esse debate apresentando : i) opiniões de atores relevantes para o desenvolvimento da região e ii) um olhar para a Região Portuária com base nas fontes de informação existentes.



OPINIÃO DE ESPECIALISTAS

CEZAR VASQUEZ E FLÁVIA GUERRA¹

SEBRAE NO PORTO: PRESENTE NA TRANSFORMAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Após décadas de abandono e degradação, a Região Portuária vive um momento histórico de retomada do seu significado. Entre os fatores que têm impulsionado este movimento positivo, estão a maior visibilidade da região, os grandes investimentos previstos para os próximos anos, o desenvolvimento imobiliário comercial, a melhoria da mobilidade urbana e a redução da violência, assim como o surgimento de equipamentos culturais importantes e mobilizadores.

Tais impulsos acabam gerando uma atmosfera de otimismo em que a visão de uma região próspera e mais integrada à cidade ganha força no imaginário das pessoas. Entre a expectativa e a realidade, quais as reais oportunidades para os pequenos negócios? E como o Sebrae/RJ pode contribuir para essa mudança virtuosa de patamar?

Este é o debate proposto nesta publicação e a motivação para a presença transformadora do Sebrae/RJ no território.

PERFIL DOS PEQUENOS NEGÓCIOS NO PORTO EM TRANSFORMAÇÃO

Os dados da região surpreendem. A taxa de desemprego revela a precariedade da inserção dos moradores da região no mundo do trabalho. Enquanto na capital a taxa é de 7,7%, no Porto alcança 10,4%. No entorno, a menor taxa de desemprego está no Centro (5,8%), enquanto a maior encontra-se no Estácio e Catumbi (8,3%).

Por outro lado, com relação à forma de inserção no mercado de trabalho, o percentual de empregados com carteira assinada é superior à média da cidade e às regiões do entorno. A área possui os menores percentuais de trabalhadores por conta própria (15,4%), enquanto na cidade do Rio de Janeiro este percentual é de 19,4%. A renda média de um trabalhador por conta própria é R\$ 903 no Porto e R\$ 2.189 na cidade.

Com mais chance de emprego com carteira assinada, é menor a intenção de empreender. A taxa de sucesso de empreendedorismo, medida pelo percentual de empregadores entre os empreendedores (conta própria mais empregadores), é de 1,4%, devido ao baixo percentual de empregadores na área. Muito inferior à cidade do Rio de Janeiro (10,8%).

1. Cesar Vasquez: diretor-superintendente do Sebrae/RJ. – Flávia Guerra: coordenadora do projeto Sebrae no Porto.

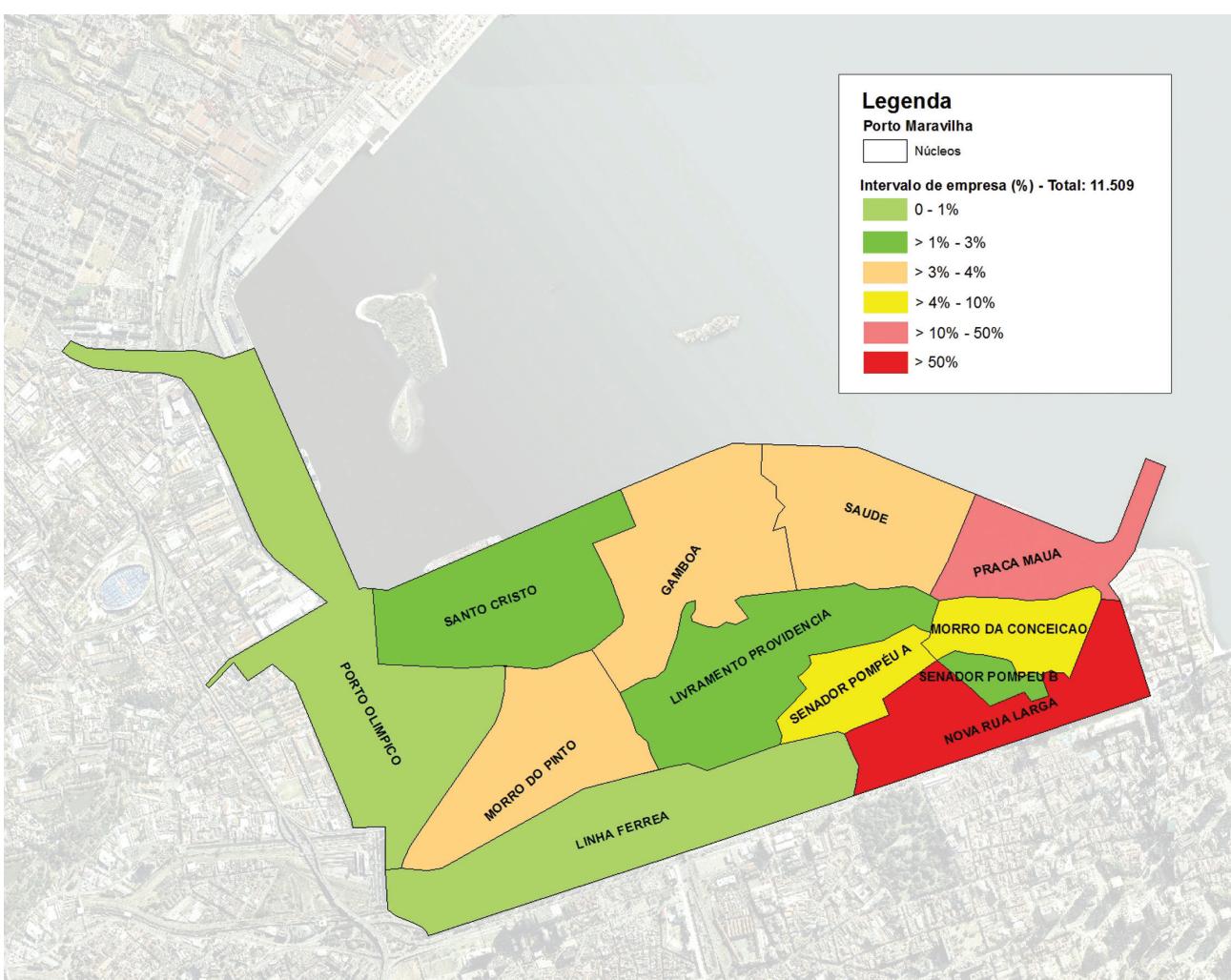
Em relação ao porte, as microempresas representam 71% do total de estabelecimentos nos bairros portuários, proporção inferior à média da cidade (78%) e do entorno (74%). Somando as micro com as pequenas empresas, são 93% do total de estabelecimentos da área do porto, inferior à média da cidade (96%).

A presença relativa da indústria é maior nos bairros portuários (12% dos estabelecimentos) do que no entorno ou na média da cidade (ambos com 5%). Na Gamboa, o percentual de empresas do setor industrial (22%) é maior do que nos outros bairros da área do Porto.

No total dos bairros portuários, 56% são empresas de serviços e 27% são do comércio, seguindo a tendência do estado do Rio de Janeiro. No entorno, as empresas se concentram também no setor de serviços, com exceção de São Cristóvão, que possui 41% de empresas comerciais e 37% do setor de serviços.

Em termos de empregos gerados, a região segue a tendência do estado, como já apontado. Nos bairros portuários, a maior parte do emprego formal está concentrada nas médias e grandes empresas de serviços (56%). Apenas 29% dos empregos estão nas micro e pequenas empresas (MPEs).

Importante observarmos a densidade empresarial nas diferentes áreas que compõem a região.



AS AÇÕES DO SEBRAE/RJ NO PORTO

Nosso primeiro olhar sobre a Região Portuária aprofundou nossos conhecimentos sobre o território. Entendemos cada bairro e as características de seus moradores, empresários e população flutuante.

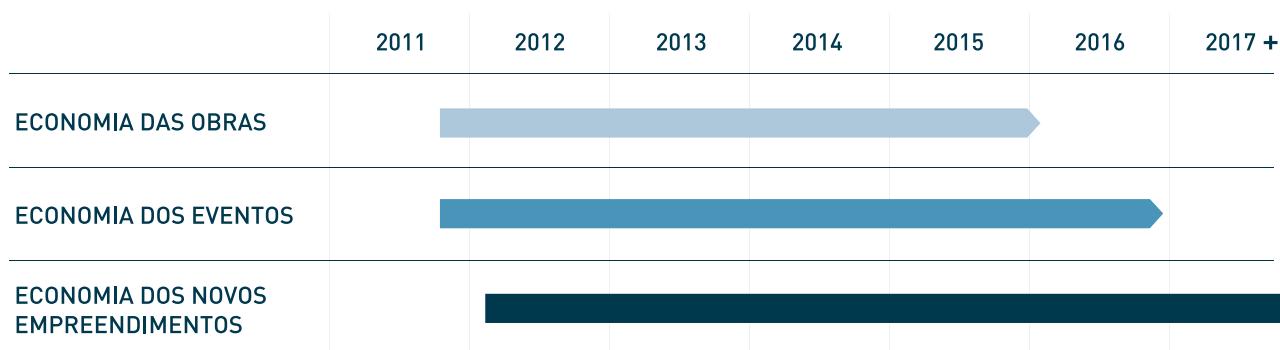
Decidimos olhar atrás do balcão e conhecer a história, as dificuldades, a maneira de conduzir os negócios locais. E descobrimos que as empresas apresentam indicadores de gestão que refletem o ambiente degradado em que estão inseridas.

Outro passo importante foi compreender a importância das empresas âncoras. Neste projeto, ampliamos este olhar e utilizamos o conceito de âncora no sentido de empreendimentos que promovem a região, atraindo pessoas e conferindo singularidade ao território. Ao mesmo tempo, contribuem para o desenvolvimento de outros pequenos negócios ao seu redor, constituindo verdadeiros núcleos de entretenimento, cultura, lazer, sociabilidade e consumo.

Neste sentido, acreditamos que chapelarias, restaurantes tradicionais ou comércios reconhecidos na região possam se tornar “pequenos negócios âncoras”. Grande parte dessa rede de novas descobertas e experiências pode ser proporcionada pelos pequenos negócios.

Por outro lado, as empresas de grande porte cumprem um papel importante como âncoras. É evidente a complementariedade entre os grandes investimentos e os pequenos negócios. A dinâmica da transformação urbana em curso apresenta muitas oportunidades para os pequenos negócios nos três importantes vetores de encadeamento produtivo: as obras, os eventos e os novos empreendimentos.

DINÂMICA DA TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA



Por fim, buscamos experiências nacionais e internacionais que pudessem apontar boas práticas em projetos de apoio aos negócios locais durante um processo de transformação urbana e imobiliária.

Observamos muitos lugares e projetos. Aprendemos com as trajetórias de Baltimore, PortVell-22@Barcelona, Puerto Madero, Docklands, Sidney, Soho, Williamsburg e Tribeca. Nossa recorte analítico priorizou as estratégias de financiamento, a programação de usos e a comunicação para os pequenos negócios.

Percebemos que estes projetos têm em comum uma articulação com os espaços urbanos das cidades onde estão inseridos. A conexão entre os equipamentos e o território atrai a boemia, mas também empresas de serviços, tecnologia, conhecimento, cultura e comércio. O espaço precisa ser útil e atrativo à população local e, na mesma medida, convidativo ao turista.

Diante destas constatações, nos perguntamos: que projetos estamos dispostos a construir? Que elementos são estratégicos? Quais as questões estruturantes e que merecem nossa atenção?

Iniciamos em 2012 um conjunto de levantamentos, diagnósticos e ações de atendimento aos empreendedores locais. Os componentes do projeto são:

INTELIGÊNCIA

Contribuir para a reabilitação econômica de áreas degradadas e vazios urbanos a partir dos pequenos negócios.

- Identificação dos negócios (quantos são, como estão e principais problemas percebidos pelos empreendedores)
- Análise dos aspectos gerenciais e mercadológicos (diagnóstico empresarial)
- Masterplan para pequenos negócios
- Metodologia para atuação do Sebrae em territórios de baixa taxa de sucesso empreendedor impactados por processos de transformação urbana e imobiliária

ATENDIMENTO DE ALTO IMPACTO

Mais de 3,7 mil empreendedores beneficiados desde 2012.

- Atendimento individual (consultorias e plantão)
- Atendimento coletivo (capacitação)
- Requalificação dos negócios tradicionais: comércios, gráficas, bares e restaurantes
- Monitoramento da evolução dos negócios – Agentes de Desenvolvimento Econômico
- Estratégias para acesso a mercados de crédito
- Encadeamento produtivo (turismo, economia criativa, construção civil e serviços)
- Branding e Marketing territorial

Para a execução das ações, estabelecemos uma parceria estratégica com a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), com o objetivo de reter, fortalecer e atrair empresas. Com o foco na articulação dos negócios do Porto com o restante da cidade, a parceria busca formular estratégias antecipatórias para as oportunidades de negócio.

TENDÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO PORTUÁRIA E MEDIDAS ESTRUTURANTES PARA O APOIO AOS PEQUENOS NEGÓCIOS

O aumento dos investimentos internacionais e nacionais evidencia muitas oportunidades para engajamento dos pequenos negócios nas externalidades positivas da transformação urbana em curso.

Os novos empreendimentos comerciais e residenciais que estão sendo comercializados, em conjunto com os novos equipamentos culturais, ajudam a mitigar a rejeição do carioca a utilizar a região como área de lazer e entretenimento. Um exemplo é o Museu de Arte do Rio (MAR). Em breve, a mobilidade urbana permitirá a integração com outros polos de cultura e entretenimento da cidade e o adensamento populacional.

Mas é preciso ainda mais para garantir a integração socioeconômica dos pequenos negócios no processo de transformação urbana e imobiliária na Região Portuária do Rio de Janeiro.

Como possibilitar que as mudanças sejam também oportunidades para os pequenos negócios? A dinamização da economia local precisa ser conciliada com a transformação urbana em curso. E o impacto socioeconômico desta estratégia depende da construção de uma agenda integrada: sociedade civil, governos e empresas.



OPINIÃO DE ESPECIALISTAS

ALBERTO SILVA²

PORTO MARAVILHA E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

A Operação Urbana Porto Maravilha é uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro que tem por objetivo revitalizar a Região Portuária do Rio de Janeiro e reintegrá-la à cidade. Toda a infraestrutura urbana será reconstruída e modernizada e, juntamente com ela, novos edifícios, ambientalmente adequados, serão construídos. Entretanto, uma cidade não é somente sua infraestrutura. Os edifícios têm sua importância na medida em que representam a memória de um lugar. A cidade é, sobretudo, o espaço onde o modo de vida de seu povo acontece. Onde as pessoas fazem a sua história.

Dos 5 milhões m² da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) do Porto Maravilha, criada pela Lei Complementar Municipal 101/2009, aproximadamente 3,8 milhões compõem a Área de Proteção do Ambiente Cultural dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APAC SAGAS), que inclui os Morros da Conceição, do Livramento, da Providência e do Pinto. Registros apontam que o SAGAS emoldura, pelo menos, 1.500 imóveis de valor histórico e arquitetônico. A grande maioria é formada por imóveis privados subaproveitados – muitos deles, em ruínas.

Da área restante de 1,2 milhão m², 75% são ocupados por imóveis de órgãos e empresas estatais. A Companhia Docas do Rio de Janeiro (Docas-RJ) é a que detém maior parcela. Também concentra imóveis tombados e/ou preservados. Sobre esta área da AEIU foram acrescidos aproximadamente 4 milhões m² de potencial de construção, distribuídos em 14 setores.

Os recursos para custear o Porto Maravilha vêm da venda do potencial de construção adicionado e 3% destes recursos são destinados à valorização do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial da região.

A Região Portuária é particular pela diversidade que abriga. Seus bairros, ao mesmo tempo, têm vida própria e são marcados pela dinâmica social, econômica e política do Rio e do Brasil. Lugares que marcam a história do nosso povo desde o início da colonização até sofrer os efeitos da modernização dos portos. Palco do encontro das culturas indígenas, europeia e africana, ela guarda exemplos marcantes da evolução econômica do Rio e do país, berço de elementos marcantes da cultura e da identidade nacional. Foi ainda palco de algumas das lutas por direitos sociais e liberdade.

Todo lugar é um pouco local e global ao mesmo tempo. Mas, na região portuária, estas dimensões são ainda mais marcantes. Elementos de um modo de vida local, como o samba, por exemplo, ganharam o

². Alberto Silva é presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP).

mundo e se mantém como característica de um modo de vida que beira o bucólico. Ao mesmo tempo, a ascensão e a decadência da atividade portuária (com seu deslocamento para o Caju) colocaram a região, primeiramente, como centro dinâmico do país e depois, com a ajuda do Elevado da Perimetral, mesmo abrigando importantes órgãos públicos e empresas, num processo de décadas de decadência e abandono.

Com isso, atividades econômicas típicas de áreas degradadas passaram a predominar na região, juntamente com outras tradicionais que sobreviveram ao longo destas últimas décadas. Proprietários sem perspectiva deixaram imóveis se degradarem ou serem subutilizados.

Ao transformar a Região Portuária, o Porto Maravilha traz os desafios de modernizar a região e preservar sua identidade, delimitada pelo projeto SAGAS, de construir edifícios modernos que se integram ao seu rico patrimônio arquitetônico, de aumentar a sua população integrando os atuais moradores e usuários.

O Porto Maravilha vai gerar uma nova dinâmica na região. Ao lado da renovação da infraestrutura urbana e do novo padrão de ocupação, temos o desafio de preparar as pessoas para as novas oportunidades de emprego e negócios que vão surgir. Inclusive aquelas relacionadas ao patrimônio cultural e artístico que, sem dúvida, contribuem para aumentar a atratividade da região.

Ao ganhar nova função para a cidade, a Região Portuária deverá ter as suas dimensões local e global acentuadas. Cumprida a meta de aumentar o número de moradores, o cotidiano de bairro será reforçado. Ao mesmo tempo, as atividades econômicas que vão ocupar as torres comerciais e hotéis, juntamente com os equipamentos culturais novos e restaurados, vão consolidar a região como expansão do Centro do Rio de Janeiro e reforçar sua face global.

Para dar conta destes desafios, a Lei Complementar 101/2009, que criou a Operação Urbana Porto Maravilha, definiu que o poder público deve desenvolver ações que integrem e promovam o desenvolvimento social e econômico da população que hoje vive na região. A mesma lei estabelece que o patrimônio histórico, artístico e cultural – material e imaterial – da região deve ser recuperado e valorizado.

Para atender a estes desafios, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP) criou os Programas Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural. Ambos com a função de articular ações do poder público e parcerias com o setor privado para fomentar e apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população que hoje vive na região e a valorização do seu patrimônio histórico. E assim, construir uma cidade que respeita sua história e o meio ambiente e que é cada vez mais para todos os seus cidadãos. Neste contexto, a parceria entre a CDURP e o Sebrae tem função estratégica neste processo de transformação.

Neste momento, a reconstrução da infraestrutura urbana da região segue em ritmo acelerado, a prestação de serviços urbanos melhora a cada dia e empreendimentos imobiliários começam a ser erguidos. Ao mesmo tempo, o investimento para aumentar o capital social dos moradores e comerciantes da região é cada vez mais intenso.

No processo de transformação da Região Portuária, podemos identificar três grandes processos econômicos que chamaremos aqui de *economia das obras, economia dos grandes eventos e economia da*

nova Região Portuária. A economia das obras se caracteriza por ser intensiva de mão de obra e geradora de negócios relacionados à cadeia produtiva da construção civil. Seu ciclo é de grande intensidade, principalmente durante as obras públicas, que estão previstas para terminar em 2016, devendo manter alguma importância após este período por conta das construções dos empreendimentos privados.

A economia dos grandes eventos refere-se às oportunidades de curto prazo geradas pelos eventos que a cidade vem abrigando nos últimos anos e que têm impacto na região. Embora sejam localizados no tempo, estes eventos apresentam o potencial de entretenimento e turismo da região.

A economia da nova Região Portuária é algo em formação. De fato, as potencialidades são imensas. Com a chegada de grandes edifícios comerciais e hotéis, e com o aumento do número de habitantes na região, haverá demanda por comércio e serviços dos mais variados.

Além disso, a região abriga mais de 70 lugares tombados ou preservados. Equipamentos culturais como o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, juntamente com a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, composto pela Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o Jardim Suspenso do Valongo e o Centro Cultural José Bonifácio, reforçam o potencial da região para as atividades ligadas à cultura, ao entretenimento e ao turismo.

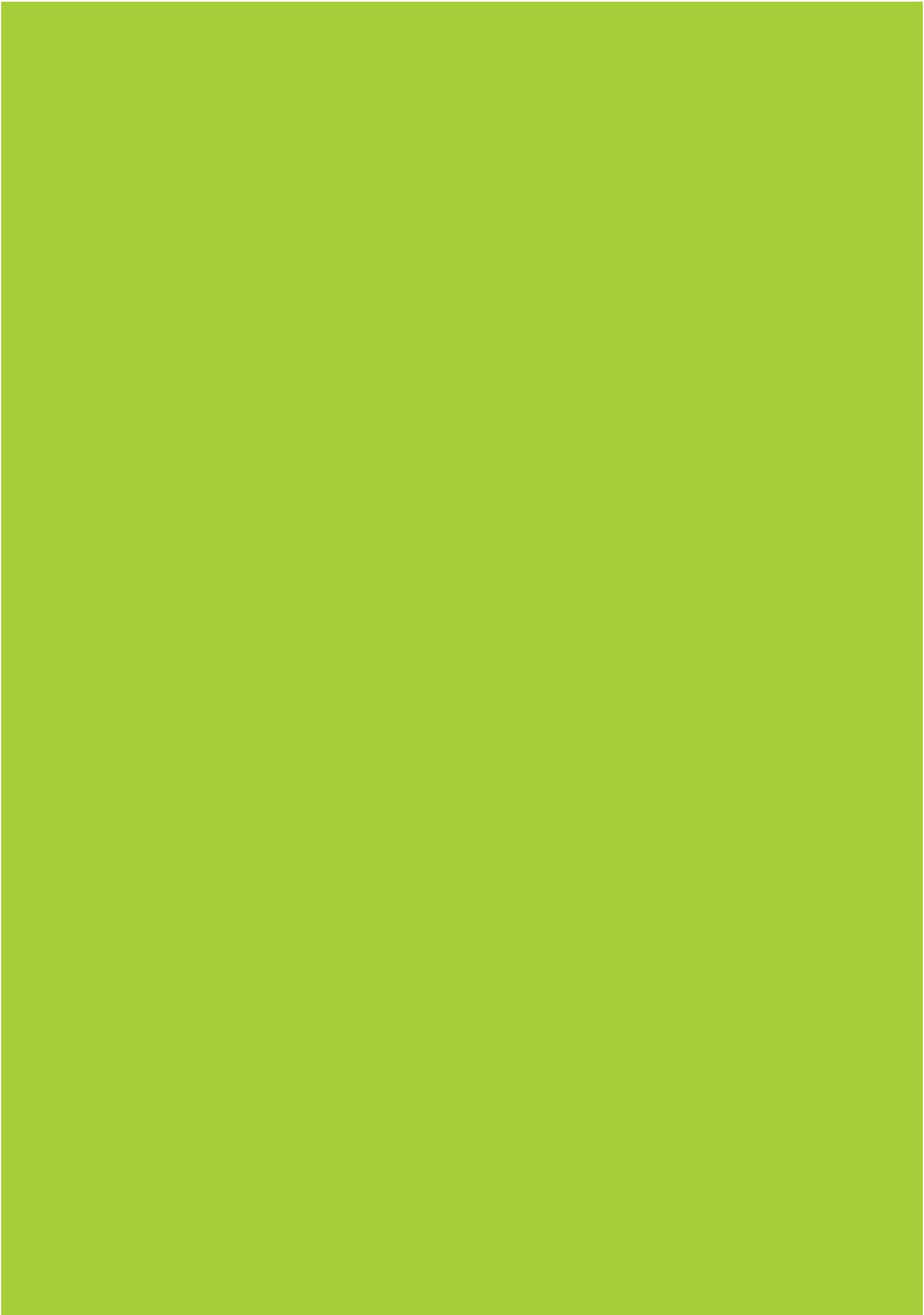
Este conjunto de fatores representa um grande universo de oportunidades para geração de emprego e negócios para micro e pequenos empresários. A estratégia do Porto Maravilha visa estimular empreendedores que já atuam na região e novos interessados a se prepararem para participar da construção deste novo cenário econômico.

O fortalecimento da micro e pequena empresa na região tem uma função estratégica, uma vez que boa parte dos comerciantes está lá por várias décadas. Vários são moradores. Desse modo, apoiá-los é contribuir para que efetivamente se beneficiem e sejam protagonistas do processo de transformação em curso. Além disso, as micro e pequenas empresas são grandes geradoras de emprego, o que também contribui para beneficiar moradores locais.

Mapear as oportunidades e contribuir para qualificar a gestão dos negócios, para aprimorar e diversificar produtos, mediar o acesso ao crédito. No entanto, é muito importante despertar nos agentes econômicos da região a perspectiva da mudança. Após décadas de abandono, muitos já não acreditavam que isso iria acontecer.

Mas o que temos visto é um movimento crescente de motivação. A realização da primeira rodada de negócios, da primeira semana do empreendedor e do apoio ao primeiro festival gastronômico dos Morros da Providência e do Pinto teve resposta bastante positiva. O número de proprietários da região com novos projetos para seus imóveis cresce a cada dia.

O trabalho está apenas no início. Mas já é possível perceber que este processo vai trazer muitas lições sobre como promover processos de renovação urbana inclusivos do ponto de vista social, econômico e cultural. O Porto Maravilha é um processo de renovação urbana, de transformação do tecido social, onde moradores, seja como trabalhadores ou como empreendedores, podem ser protagonistas e se beneficiarem da geração e distribuição de riqueza resultante da construção de um espaço urbano que contribui para que o Rio de Janeiro seja cada vez mais uma cidade inclusiva e integrada.



OPINIÃO DE ESPECIALISTAS

GIOVANNI HARVEY³

POLÍTICAS PÚBLICAS E ALTERNATIVAS PARA A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS TRADICIONAIS

A capital do estado do Rio de Janeiro vive, após um longo período de esvaziamento político, econômico e cultural, um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento. Dentre as várias iniciativas estruturantes orientadas para a reintegração econômica da cidade, destaca-se o Projeto Porto Maravilha, síntese da maior parceria público-privada já realizada no Brasil.

Compete ao Projeto Porto Maravilha, sob a alçada da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (CDURP), a gestão estratégica das obras de reurbanização de uma área de 5 milhões m², no centro histórico do Rio de Janeiro, às margens da Baía de Guanabara.

O Projeto Porto Maravilha retomou, após décadas de abandono, o processo iniciado em 1902 com a chamada Reforma Urbana, também conhecida como “Bota Abaixo”, liderada pelo Prefeito Pereira Passos, em parceria com o Governo Federal, durante a presidência de Rodrigues Alves. A União Federal foi, na ocasião, a instância responsável pelo aterro da Baía de Guanabara e, por conseguinte, a maior beneficiária do potencial construtivo que resultou da expansão do território.

Há muitas semelhanças entre as dinâmicas política, econômica e social que constituíram a base da Reforma Urbana de Pereira Passos e as dinâmicas política, econômica e social que criaram as condições para a realização do Projeto Porto Maravilha.

MUITAS OPORTUNIDADES E GRANDES DESAFIOS

Estas semelhanças têm aspectos positivos e aspectos negativos, trazendo consigo um risco e, por conseguinte, um desafio: evitar que este “novo” ciclo virtuoso de investimentos públicos e privados se transforme (como aconteceu no passado) em um ciclo de exclusão social, com a remoção (ainda que por indução involuntária) dos habitantes tradicionais do território, e por extensão, dos valores e hábitos socioculturais que serviram de base para a construção da identidade histórica da região.

3. Giovanni Harvey é Diretor-Executivo da Incubadora Afro-Brasileira e Vice-presidente do Polo Região Portuária. Foi Subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR) e Assessor Especial na Secretaria Executiva do Gabinete da Governadora do Estado do Rio de Janeiro –(SEGAB/RJ)

Este contexto evidencia a necessidade de adoção de políticas públicas específicas, com o objetivo de reduzir as “desvantagens relativas” que os moradores e comerciantes tradicionais têm (e/ou terão) em relação ao perfil dos novos habitantes que estão sendo estimulados a migrar para a Região Portuária.

O Projeto Porto Maravilha nos coloca diante da oportunidade histórica de conciliar um plano de desenvolvimento econômico com um plano de desenvolvimento social. Uma parte destas políticas públicas deverá ter como público-alvo os micro e os pequenos negócios tradicionais que construíram a identidade comercial do território, dentre os quais destacam-se a Sapataria Sousa, a Chapelaria Porto e o Bar do Jóia, dentre outros negócios localizados na Região Portuária do Rio de Janeiro.

FRENTES DE ATUAÇÃO E PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este texto abordará três frentes nas quais estas políticas públicas se fazem necessárias e não terá a pretensão de esgotar todas as hipóteses de utilização deste modelo de política pública no território.

A primeira frente de atuação, que reconhecemos já estar em execução, tem como principais indutores a CDURP e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa – Sebrae, através do Programa Porto Maravilha Cidadão. A parceria entre as duas instituições foi firmada em 2012 e se materializou em um conjunto de ações, baseado na experiência do Sebrae, que tem como objetivo a implementação de um plano de desenvolvimento econômico local inclusivo.

Estas ações estão concentradas em duas vertentes e buscam, de um lado, sensibilizar os novos investidores para que privilegiem os fornecedores locais e, por outro lado, estimular os empreendedores locais a se repositionarem no mercado com o objetivo de aproveitar as oportunidades de negócios geradas pelo processo de reurbanização e pelo cenário que se desenha para o futuro da região.

Algumas iniciativas já foram realizadas neste sentido, dentre as quais destacam-se a 1a Rodada de Negócios do Porto Maravilha, a 1a Semana do Empreendedor na Região Portuária e o 1º Festival Gastronômico e Cultural Sabores do Porto, voltado para os empreendedores residentes e/ou atuantes no Morro da Providência e no seu entorno.

Esta frente de atuação tem alguns desdobramentos previstos, dentre os quais um processo de incubação para o desenvolvimento local focado na Região Portuária, além de ações em parceria com as instituições de representação empresarial, destacando-se o Polo Região Portuária.

A segunda frente de atuação, que ainda carece de um escopo e de uma definição nítida dos vetores que a alimentarão, é a implementação de um Programa de Ações Afirmativas na Região Portuária com o objetivo de diminuir as assimetrias entre os grupos étnicos que habitam o território. Neste texto, trataremos somente dos aspectos diretamente ligados aos micro e pequenos negócios étnicos, mas o tema é transversal e tem forte conexão com as questões ligadas à habitação e com as políticas públicas de ordenamento do uso e ocupação do solo urbano na região. A CDURP tem levado em consideração, em consonância com o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE) e com a Coordenadoria Especial de

Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR), o recorte étnico-racial como um dos condicionantes estratégicos da sua atuação.

A Região Portuária do Rio de Janeiro foi conhecida no passado como a “Pequena África” em função da prevalência absoluta da população negra no território. Não foi por acaso que personalidades como Machado de Assis, Dom Obá II, João da Baiana, Mãe Aninha e Tia Ciata nasceram e/ou viveram na Região Portuária do Rio de Janeiro.

A memória social da região tem sido preservada através de sítios arqueológicos, dentre os quais destacam-se o Instituto Pretos Novos (IPN) e o Cais do Valongo, de inúmeras manifestações socioculturais, como o Afoxé Filhos de Gandhi e o Quilombo da Pedra do Sal, e dos “Griots”, sendo Rubem Confete e Tia Rosa os mais conhecidos.

É necessário ir além, pois a disputa pela hegemonia do legado africano já está posta e é preciso evitar que a “Pequena África” do futuro seja uma marca fantasia explorada comercialmente por instituições e/ou segmentos que não tenham nenhuma conexão com os grupos sociais que construíram a sua história.

Estas tensões sociais, que aumentarão com o tempo, só serão equacionadas através de um Programa de Ações Afirmativas, constituído por projetos transversais e focados no território.

A terceira linha de atuação diz respeito ao posicionamento internacional do território em função dos múltiplos apelos turísticos da região. O desenho original do Projeto Porto Maravilha centrou a identidade cultural do território em equipamentos como Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã, opções táticas do mesmo pensamento estratégico que buscou atrair, no passado, uma filial do Museu Guggenheim para a região.

A localização, a preservação e a posterior delimitação da janela arqueológica do Cais do Valongo e do Cais da Imperatriz tiveram um papel fundamental no resgate da identidade histórica do território e situaram a Região Portuária como um espaço multiétnico, com nítido predomínio das representações simbólicas das etnias de matriz africana.

O Cais do Valongo foi o maior porto de desembarque de africanos nas Américas ao longo de todo o período da escravidão. Mais de 500 mil africanos escravizados desembarcaram e foram comercializados nas cercanias das ruas que hoje conhecemos como Sacadura Cabral, Barão de Tefé e Camerino.

Mais cedo ou mais tarde, o Cais do Valongo será reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO e entrará (oficialmente) na mesma rota de “turismo de memória” da qual fazem parte a Ilha de Gorée (Senegal), a Cidade Velha (Cabo Verde) e o AfricanBurialGround (EUA).

O reconhecimento do papel estratégico do Cais do Valongo foi consolidado através do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Região Portuária, por meio do Decreto Municipal 34.803, de 29 de novembro de 2011.

A criação do Circuito ampliou o leque de oportunidades comerciais no território e conectou, pela primeira vez na história da cidade, uma estratégia de fortalecimento de negócios étnicos de matriz africana à estratégia de desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.

RISCOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

O Rio de Janeiro já experimentou estratégias de expansão territorial horizontal baseadas na derrubada de morros, na transposição dos morros e nos aterros sobre o mar.

Durante décadas, a elite política e econômica local alimentou o sonho de transferir a centralidade urbana da cidade para a Zona Oeste, ao mesmo tempo em que investia no projeto de emancipação do território.

Não deu certo, restou o caminho de volta e, neste contexto, a “ocupação” dos morros (favelas) outrora relegados à condição de territórios destinados às classes subalternas se transformou em um objetivo estratégico considerando a tendência de verticalização da expansão territorial da cidade.

O crescente interesse imobiliário pela região, a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência e a supervalorização dos imóveis do Morro da Conceição se inserem neste contexto.

Resta saber quais condições serão criadas pelo poder público, nos três níveis da Federação, para que estas oportunidades sejam efetivamente aproveitadas pelos micro e pequenos comerciantes locais.

A Região Portuária é a região com menor densidade populacional da cidade e este indicador embasa a tese de que é possível quadruplicar (de 25 mil para 100 mil habitantes) a densidade populacional sem saturar a região.

É neste contexto de transformação do ambiente social e do comportamento dos consumidores que os micro e pequenos negócios tradicionais terão de operar nos próximos 10 anos.

Não será uma tarefa fácil, pois a correlação de forças tende a ser desfavorável e as políticas públicas propostas aqui ainda são contra-hegemônicas.

A viabilidade destas propostas depende da aliança entre os principais agentes públicos (notadamente os com poder de regulação) e a sociedade civil.

Temos de transformar estes riscos em oportunidades.

Neste contexto, o Projeto Porto Maravilha traz consigo a oportunidade do Brasil, e do Rio de Janeiro em particular, sair do “mais do mesmo” no que diz respeito às estratégias de promoção do desenvolvimento inclusivo.

O Projeto Porto Maravilha nos oferece a possibilidade de romper com um ciclo de “amnésia social” e nos permite construir um projeto para o futuro que não se sobreponha ao que fomos no passado e ao que somos no presente.



PANORAMA SOCIOECONÔMICO

DA REGIÃO PORTUÁRIA

INTRODUÇÃO

A Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro, após décadas de declínio socioeconômico, passa por um processo de revitalização, que teve início, oficialmente, com a instituição da Lei Municipal nº 101, de 23 de novembro de 2009.

Trata-se de uma região de grande importância histórica e cultural da cidade do Rio de Janeiro, fazendo parte da área que foi conhecida como “Pequena África”, onde africanos e seus descendentes que se estabeleceram na região reproduziram sua cultura e identidade, tendo deixado uma herança a ser preservada. Durante o século XX, a atividade portuária foi diminuída e a região entrou em declínio. O projeto atual busca revitalizar a região, retirando-a do abandono em que se encontrava.

Dessa forma, a Lei Municipal 101/2009 estabeleceu a criação da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, conhecida como o Projeto do Porto Maravilha. A Operação na Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) do Porto compreende um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores.

O Porto Maravilha tem, entre seus objetivos, a revalorização do Centro e da Região Portuária, estimulando o adensamento populacional de forma combinada com aquecimento da economia local, misturando assim habitações com funções comerciais, culturais e empresariais. As reformas estão em andamento, o Museu de Arte do Rio foi inaugurado em 10 de março de 2013 e tiveram início a demolição do Elevado da Avenida Perimetral e as obras no Píer Mauá, onde está sendo construído o Museu do Amanhã. Nesse contexto, o debate sobre os potenciais sociais e econômicos, os desafios sobre o desenvolvimento da região e suas melhorias para os moradores e para a cidade está na ordem do dia.

Este Boletim visa contribuir para esse debate lançando um olhar para a Região Portuária com base nas fontes de informação existentes. Uma das grandes dificuldades deste trabalho é a disponibilidade de dados para a delimitação específica da AEU do Porto. Dessa forma, iremos trabalhar com diferentes recortes, aproveitando ao máximo as informações disponíveis. Com a base do Censo de 2010, analisam-se as características demográficas, de habitação e infraestrutura e as condições socioeconômicas dos moradores da região, de forma comparativa à cidade do Rio de Janeiro e aos bairros do entorno. Com a RAIS, investigam-se as características dos estabelecimentos e empregos formais na região.

Assim sendo, esta seção está estruturada em cinco partes, além desta introdução. A primeira parte apresenta o debate atual com uma breve revisão da literatura, levantando os desafios e os limites de reintegração do Projeto Porto Maravilha. Na segunda parte, é realizada uma análise das características demográficas e habitacionais a partir dos dados do universo do Censo 2010 para a área definida do Porto Maravilha. Em seguida, ampliamos o olhar com a análise dos dados da amostra do Censo sobre as características socioeconômicas da área de ponderação da Região Portuária, de forma comparativa às áreas do entorno. Em seguida, exploramos os dados sobre estabelecimentos e empregos formais na região. Enfim, destacamos os principais resultados e os desafios para reintegração da região a partir da melhoria das condições socioeconômicas dos moradores.

PROJETO PORTO MARAVILHA: UMA BREVE REVISÃO SOBRE DELIMITAÇÃO E DESAFIOS DE REINTEGRAÇÃO DA REGIÃO

O projeto teve início em 2010 e espera revitalizar cerca de 5 milhões de m² até 2015, tendo como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho. A Região Portuária é composta pelos bairros do Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde, e faz parte da Área de Planejamento I. A Operação Urbana do Porto Maravilha abarca os bairros completos de Saúde, Santo Cristo e Gamboa, e atinge parcialmente os bairros de Cidade Nova, São Cristóvão, Caju e Centro⁴.

A área do projeto situa-se num ponto estratégico na cidade, próximo ao Aeroporto Santos Dumont (2 Km) e ao Aeroporto Internacional Tom Jobim (11 Km), além do Terminal Marítimo de Passageiros, da Rodoviária Novo Rio e de importantes acessos da cidade.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) é a gestora da Prefeitura na Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro (OUCRP), sendo responsável pela articulação entre os demais órgãos públicos e privados e a Concessionária Porto Novo, que executa obras e serviços de revitalização da AEIU do Porto, além de buscar fomentar o dinamismo econômico e social da região.

⁴. Conforme publicação para apresentação à Imprensa, disponível em <http://portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf>. E no folder do Porto Maravilha Cultural, disponível em <http://portomaravilha.com.br/web/sup/pmcult.pdf>.

MAPA 1 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO PROJETO PORTO MARAVILHA Fonte: <http://portomaravilha.com.br>



A Operação Urbana visa realizar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental da área definida, a fim de promover a reestruturação urbana da AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro.

As obras da Operação Urbana foram divididas em duas fases, sendo a primeira financiada pelo poder público, nos três níveis da administração pública, com investimentos orçados em R\$ 350 milhões e envolvendo basicamente obras nos eixos comercial, turístico, cultural e de entretenimento.⁵ A segunda fase seria financiada pela iniciativa privada através dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs), com previsão de investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões para a reurbanização de toda a área delimitada (construção e ampliação de túneis, implantação de mobiliário urbano, drenagem e implantação de redes de esgoto, entre outros).

Os CEPACs são títulos imobiliários que serão utilizados para financiar as operações em áreas degradadas da região, sem que seja necessário o desembolso de investimentos por parte da Prefeitura. Estes títulos são vendidos em leilões e permitem ao investidor construir acima dos gabinetes definidos em lei de acordo com os limites determinados na divisão setorial da AEIU em 14 setores (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M e N).

O aumento da densidade populacional e o papel do Porto Maravilha na recuperação do patrimônio cultural são aspectos destacados na análise de Kujawski (2011), que também chama atenção para o cuidado necessário com a valorização imobiliária e para as críticas recebidas em relação aos CEPACs, uma vez que podem ser adquiridos para especulação imobiliária.

5. Ver Kujawski (2011).

Nesse sentido, um desafio do projeto é o equilíbrio entre a modernização da área e a preservação da história e cultura do local. A legislação prevê utilização de financiamentos disponíveis para o desenvolvimento de ações e projetos de recuperação e valorização do patrimônio histórico e cultural dentro da área da AEIU. Por sua vez, a CDURP busca atuar para a promoção do desenvolvimento social e econômico da população local, por meio dos Programas Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural. “Ambos têm a função de articular ações do poder público e parcerias com o setor privado para fomentar e apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população que hoje vive na região e a valorização do seu patrimônio histórico”.⁶

Esta não é uma tarefa fácil, sendo a própria manutenção dos moradores locais uma preocupação de analistas do projeto (Teixeira, 2011; Cavalcanti, 2011; Osório, 2011). As variáveis demográficas e urbanas são destacadas por Osório (2011) no desenho de uma estratégia de promoção do desenvolvimento econômico e social da metrópole e da cidade do Rio de Janeiro, no sentido também de promover as “economias de aglomeração”. No caso da Área de Planejamento I (Regiões Administrativas Portuária, do Centro, do Rio Comprido, de São Cristóvão, da Ilha de Paquetá e de Santa Teresa), ele sugere o estímulo ao adensamento populacional, “tendo em vista a densidade do emprego existente nessa área e a infraestrutura já existente”. A relevância do Projeto Porto Maravilha é destacada, mas não sem apontar preocupações com a expulsão dos moradores devido à valorização do mercado imobiliário e com a preservação da miscigenação local.

A vocação da cidade do Rio de Janeiro para atividades vinculadas a turismo, entretenimento, cultura e lazer (Osório, 2011; Kujawski, 2011) e o papel da matriz cultural do Porto do samba e do carnaval (Prestes Filho, 2011; Teixeira, 2011) apontam caminhos para ações de desenvolvimento econômico e de geração de empregos. Ainda nesta linha, Kujawski (2011) apresenta a expectativa de atração de empresas de tecnologia e inovação no Porto. Cavalcanti (2011) avança enfatizando a importância das Indústrias Criativas, cuja base é o conceito de sociedade do conhecimento, e mencionando o exemplo do projeto do Porto Digital, na área portuária do Recife, que promoveu a inovação sem afastar a população e as tradições do local.

O carnaval é visto como uma vocação local no Porto segundo Prestes Filho et al (2011), que chama atenção para o volume de recursos gerados por esta cadeia produtiva. Soares (2011) informa que no Porto estão localizados 64 barracões de escola de samba, além de diversos grupos culturais. As possibilidades da indústria do entretenimento a partir desta perspectiva aliam as tradições da área (berço do samba) com a atividade de negócios que podem beneficiar a população local e gerar empregos. A criação da Escola do Carnaval e o Projeto Barracão Escola do Carnaval são citados por Soares (2011) como ações que buscam promover capacitação e inclusão social na realidade do Porto.

Atualmente, existem grandes empresas na região, como Embratel, Light, Moinho Fluminense e Xerox do Brasil, sendo que outras já estão em processo de instalação. Para os moradores locais, o interessante é a possibilidade de negócios advindos das novas empresas e dos serviços para atender a esta população flutuante.

⁶www.portomaravilha.com.br

A promoção de atividades ligadas ao turismo é fortalecida com as ações de restauração de patrimônios, como o Jardim do Valongo, Pedra do Sal, Restauro da Igreja de São Francisco da Prainha e reurbanização do Morro da Conceição, e com a construção do Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio, Píer Mauá, Pinacoteca do Rio, AquaRio, entre outras ações.

O Porto do Rio de Janeiro é considerado o segundo porto do país em termos de movimentação geral e gera 10 mil empregos diretos e 25 mil indiretos, destacando-se tanto no transporte de cargas nacional como de passageiros (Kujawki, 2011). Nesse sentido, cabe prestar atenção nas possibilidades de negócios advindas desta economia e até mesmo na possibilidade de investimento em uma escola de formação de mão de obra náutica trazendo um foco diferente de desenvolvimento, que não o pautado no turismo e na valorização imobiliária.

Experiências similares de revitalização e modernização de áreas degradadas no mundo são utilizadas para apontar as peculiaridades do Porto do Rio de Janeiro e também para mostrar como estes países desenvolveram suas ações e enfrentaram os desafios existentes. Kujawki (2011) apresenta um resumo de casos similares nos Estados Unidos, Barcelona e Argentina. Assim, em *InnerHarbor* (Baltimore/EUA), a autora mostra que eles não conseguiram manter a população local, apesar do sucesso da revitalização que combina atrativos turísticos, residenciais e comerciais. Em *PortVell* (Barcelona/Espanha), o incentivo vindo da realização das Olimpíadas é similar ao que acontece no Rio de Janeiro com a realização de grandes eventos. Nesta área, 75% dos investimentos tiveram origem privada e a região conquistou dinamismo com turismo, cultura, habitação e integração de espaços e valorização de marcas históricas da cidade. Em *Puerto Madero* (Argentina), foram destacadas as falhas no projeto na área de transporte público e a especulação imobiliária, que tende a ser elitista.

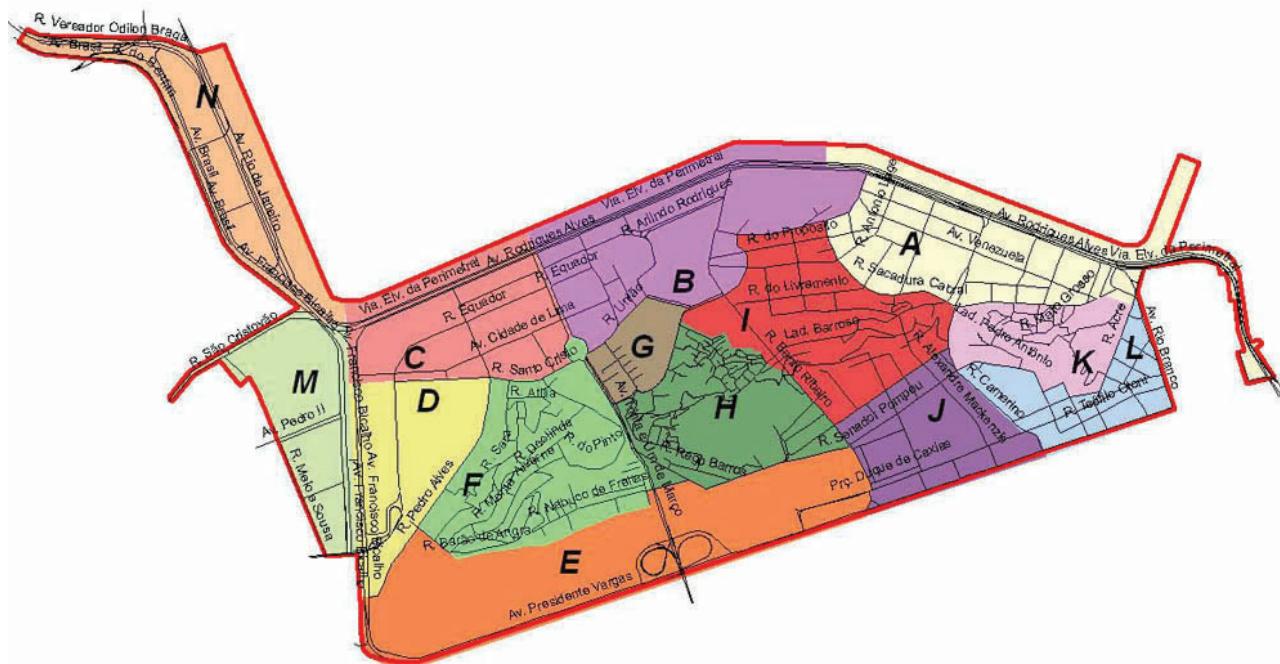
Com este estudo, pretendemos fornecer um retrato socioeconômico da região do Porto, tendo em mente a revitalização que a região está passando e buscando lançar luzes sobre as perspectivas de reintegração do Porto à capital. Esta reintegração envolve diferentes níveis de ação, uma vez que a Operação Urbana propõe mudanças nos sistemas viários e de transportes, integração da orla marítima do cais da Gamboa à área central do Rio de Janeiro, obras de infraestrutura e urbanização (construção de túneis, viadutos, ciclovias, parques), estímulo de uso residencial e renovação urbana, criação de circuitos histórico-culturais, entre outras iniciativas. Dessa forma, a revitalização e a reintegração adquirem aspectos urbanísticos, sociais, culturais e econômicos que enfrentam desafios de manutenção e renovação da realidade local.

RETRATO DA REGIÃO PORTUÁRIA: UM OLHAR SOBRE OS DADOS DEMOGRÁFICOS E DE INFRAESTRUTURA

Nesta seção, a AEIU do Porto Maravilha será explorada através dos dados obtidos nos setores censitários do Censo de 2010. O enfoque será nos dados demográficos, investigando informações sobre população, domicílios e infraestrutura. Relacionamos os setores censitários com os setores definidos na Lei Municipal nº 101/2009, buscando a melhor aproximação possível do contorno. A AEIU do Porto é dividida em 14 setores [A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M e N], conforme pode ser visto no Mapa 2. Os setores C, D, E e M apresentam os gabaritos mais altos e, devido a isto, maior possibilidade de crescimento populacional.

Nos setores M e N, a maioria da população está concentrada nas áreas residenciais de São Cristóvão e do Caju, sendo que a parte destes setores que se encontra na AEIU é estritamente comercial. Como os dados do Censo são demográficos, estes setores não serão listados na análise. O mesmo ocorre com parte do setor E, que alcança o bairro de Cidade Nova, pois em um setor censitário a área residencial concentra-se fora dos limites da AEIU. Os setores B e H se dividem entre Gamboa e Santo Cristo.

MAPA 2 – RECORTE DA AEIU DO PORTO MARAVILHA EM SETORES Fonte: <http://portomaravilha.com.br>



Dessa forma, os dados trarão informações dos bairros de Saúde, Gamboa, Santo Cristo e uma parte do Centro. As partes dos bairros de São Cristóvão (setores M e N), Cidade Nova (parte do setor E) e Caju (setor N), por não serem áreas residenciais, não estão contempladas nesta seção. A contribuição principal desta parte do estudo é comparar os setores e bairros da AEIU do Porto, ou seja, permite uma análise intrarregional da área diretamente afetada pela implantação da AEIU do Porto.

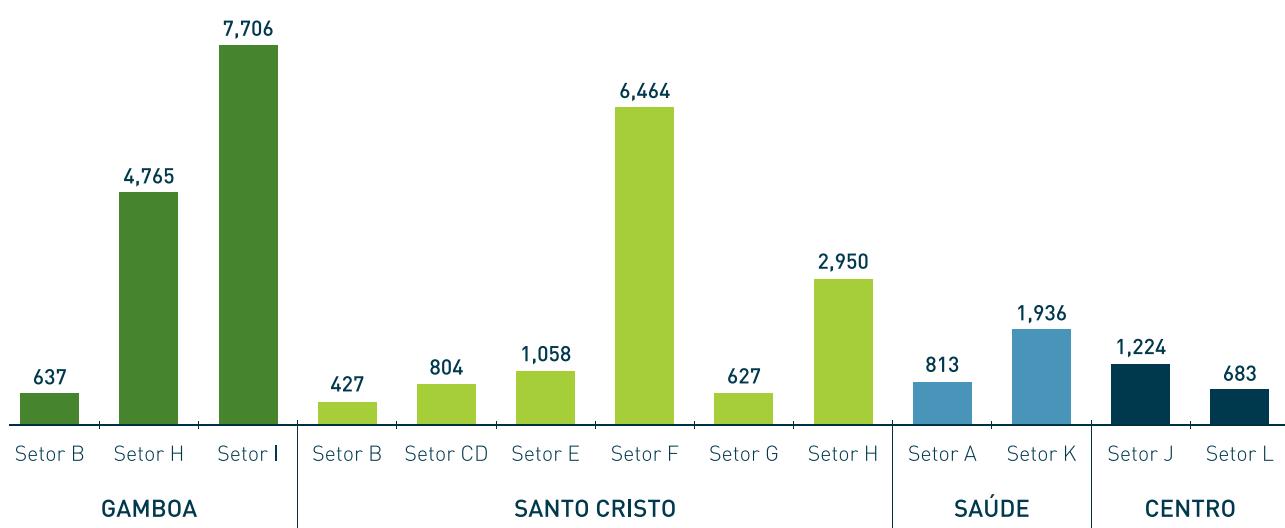
CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Segundo dados do Censo 2010, a AEIU do Porto possui 30.094 habitantes, o que corresponde a 0,5% da população da cidade do Rio de Janeiro. A área de intervenção ocupa 489 hectares, comparável aos bairros de Copacabana (410 ha) e Botafogo (480 ha) ou ao Centro (572 ha), segundo Prospecto da OUCRP. As mulheres que moram no Porto somam 15.393, enquanto o total de homens é 14.701. Na cidade do Rio de Janeiro, o percentual de mulheres é superior ao encontrado no Porto (53% contra 51%).

A população está concentrada nos bairros Gamboa (44%) e Santo Cristo (41%). Os setores com maior concentração populacional são os setores onde se localizam os Morros do Livramento (setor I), da Providência (setor H) e do Pinto (setor F). Ressalta-se que a população do Centro pertencente à AEIU do Porto representa apenas 4,6% do total da população do Centro. Dentro da AEIU do Porto, a população do Centro corresponde a 6% do total da população da AEIU.

A expectativa sobre a revitalização da AEIU do Porto prevê um grande crescimento populacional, elevando a população para 100 mil habitantes em 10 anos, além de um aumento de 50% na capacidade de fluxo de tráfego na região, conforme o gráfico abaixo⁷.

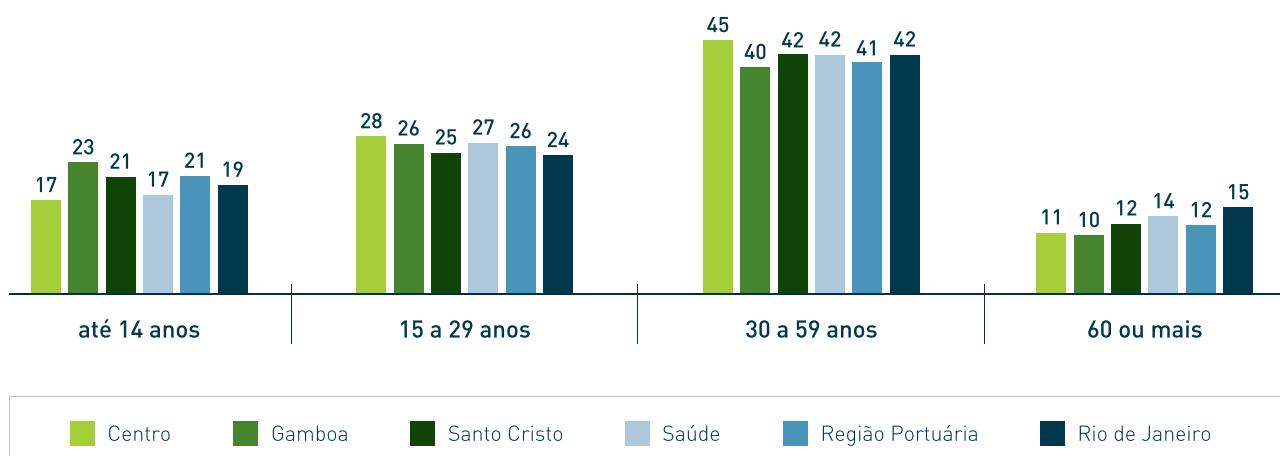
GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO SETORES E BAIRROS DO PORTO MARAVILHA Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



Em relação aos grupos de idade, a comparação com a cidade do Rio de Janeiro revela que a área portuária possui uma população mais jovem, ou seja, com maior percentual de crianças e jovens e menor participação de idosos. A distribuição dos grupos de idade em cada bairro revela que a Saúde é o bairro com o maior percentual de pessoas maiores de 65 anos (10%), enquanto a Gamboa possui o maior percentual de crianças de 0 a 9 anos (14%). Em todos os bairros, o maior percentual está na população entre 20 e 34 anos, sendo mais elevado na Saúde.

⁷. Essas estimativas podem ser encontradas em <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>. Outra estimativa prevê um grande crescimento populacional para 301.610 habitantes, englobando a população residente, usuária e flutuante. (Estudo de Impacto da Vizinhança, III – Caracterização do empreendimento, página 42)

GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO BAIRROS DO PORTO MARAVILHA Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



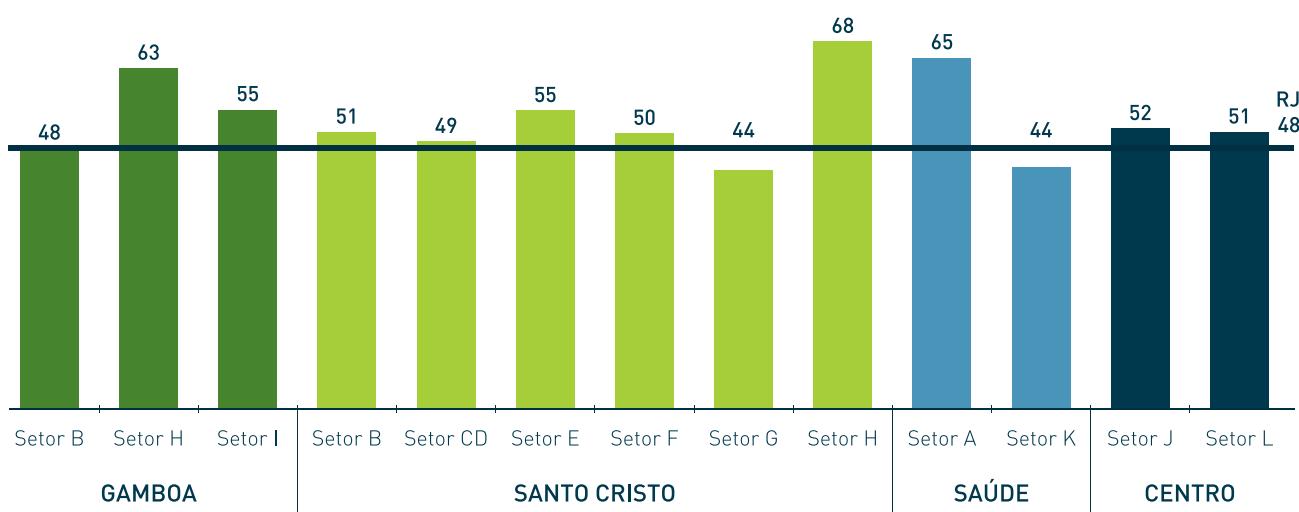
Ao observarmos a razão de dependência, que expressa o peso da população considerada dependente (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) sobre a população em idade ativa (15 a 64 anos de idade) nestes setores, verificamos uma significativa diferença dentro dos bairros. Na Gamboa, por exemplo, varia de 0,27 no setor B a 0,44 no setor H. Destaca-se que, no Centro, os setores J e L possuem uma baixa razão de dependência, respectivamente, de 0,29 e 0,30. A razão de dependência na AEIU do Porto (0,39) é menor do que na capital (0,41). Na Saúde (0,36), o peso das crianças e idosos na população em idade potencialmente ativa é menor do que na Gamboa (0,41) e no Santo Cristo (0,40).

GRÁFICO 3 – RAZÕES DE DEPENDÊNCIA SEGUNDO SETOR E BAIRROS DO PORTO MARAVILHA Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



Quanto à distribuição da população por cor, 44% é branca na região do Porto Maravilha, percentual inferior ao do Rio de Janeiro (51%). No Porto, 55% da população é negra, enquanto na capital este percentual é de 48%. Os amarelos e indígenas não chegam a 1%. Vale destacar a diferença entre os setores da região portuária, com os maiores percentuais de negros no setor H da Gamboa e do Santo Cristo (quase 70%) e setor A da Saúde. Já setores como B, G e K têm maior proporção de pessoas brancas.

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NOS SETORES DOS BAIRROS DO PORTO MARAVILHA Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



HABITAÇÃO

Atualmente, a área do Porto já experimenta o processo de valorização imobiliária que vem ocorrendo em grande parte da cidade, sendo que a expectativa é que, com o andamento das obras, a região valorize ainda mais. Um dos desafios da Operação Urbana é a manutenção dos moradores atuais frente a estas mudanças.

A AEIU do Porto abriga 10.026 domicílios, sendo 5.238 do tipo casa, 2.922 apartamentos e 872 domicílios do tipo casa de vila ou em condomínio⁸. A região possui 58% de casas, valor superior ao da capital, onde o percentual de casas é de 55%. Na Saúde e na parte do Centro, há mais apartamentos do que casas, o que não acontece na Gamboa e no Santo Cristo, onde predominam as casas na maioria dos setores.

No tocante à condição de ocupação, verifica-se que o Porto Maravilha possui um percentual menor de domicílios particulares próprios em relação à capital (51% contra 73%). No Porto, 12% dos domicílios são cedidos ou possuem uma condição diferente das típicas, enquanto na capital este percentual cai para 5%. O alto percentual de domicílios alugados (38%) traz dificuldades ainda maiores para os que utilizam a moradia como local de negócios, uma vez que há tendência de valorização imobiliária na região.

8. 994 domicílios devem referir-se à habitação em casa de cômodos (cortiço) e ocas, e não estão identificados nos dados agregados do IBGE usados no estudo.

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NO PORTO MARAVILHA
 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE

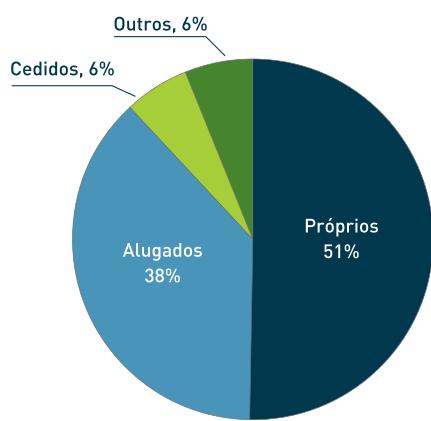
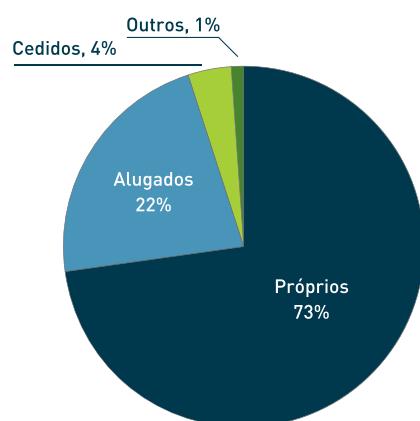


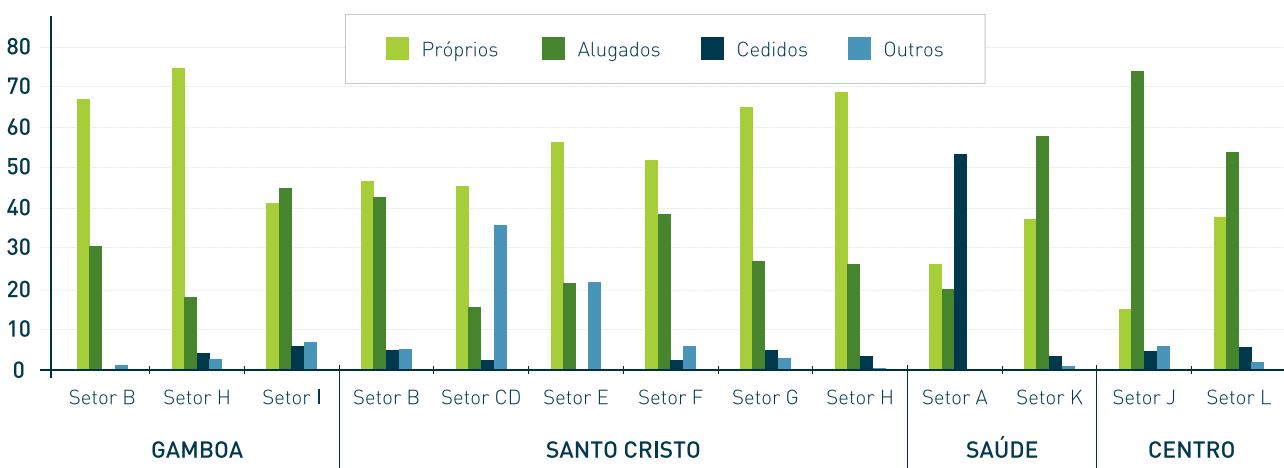
GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



Nos bairros da AEIU do Porto, verificamos que a parte do Centro referente ao Porto Maravilha possui o percentual mais elevado de domicílios alugados (67%). Na Gamboa e no Santo Cristo, mais de 50% dos domicílios são próprios. Na Saúde, 34% de domicílios são próprios, 45% alugados e 20% cedidos.

A distribuição dos domicílios por condição na ocupação intrabairros é bastante heterogênea. A maioria dos domicílios próprios está no setor H (Gamboa e Santo Cristo), enquanto no setor K da Saúde e nos setores do Centro a maioria dos domicílios é alugada. No setor A da Saúde, a maioria dos domicílios é cedida. No setor CD, 36% dos domicílios estão classificados em outra condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos). Vale dizer que os setores C e D possuem maior expectativa de crescimento populacional, “devido ao Porto Olímpico e à grande quantidade de terrenos com acréscimo de potencial construtivo” derivado das CEPACs, conforme apresenta o estudo populacional realizado pela CDURP.

GRÁFICO 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS POR CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO NOS SETORES DOS BAIRROS DO PORTO MARAVILHA Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



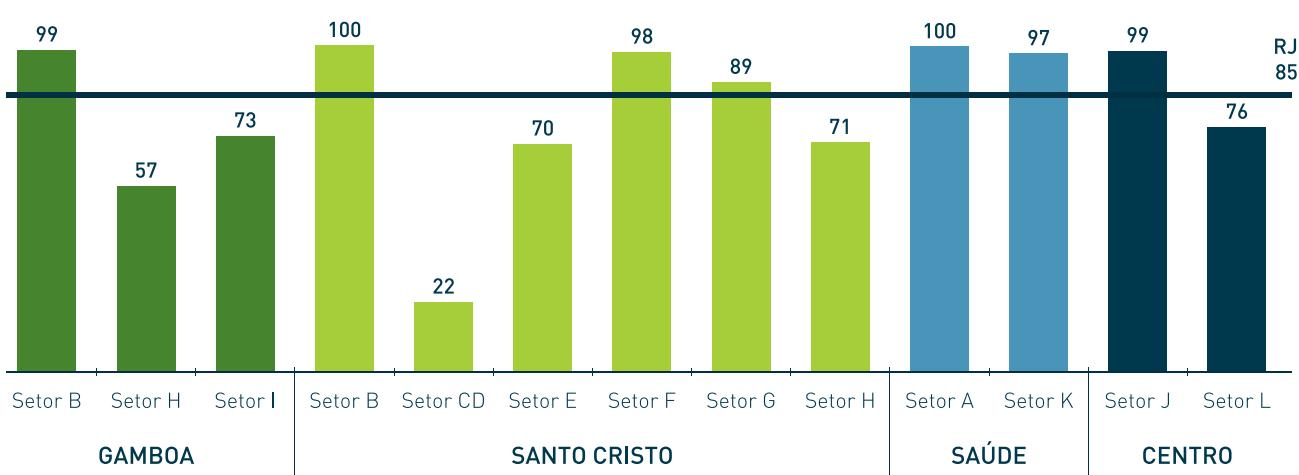
Em relação à distribuição de chefes de domicílios por sexo, o percentual de homens chefes de domicílio no Porto Maravilha (52,5%) é ligeiramente inferior ao da média da cidade do Rio de Janeiro (53,5%). Na AEIU do Porto, dos 5.318 chefes de domicílios homens, 97% são alfabetizados, percentual semelhante à média da cidade. No setor H da Gamboa, o percentual de chefes de domicílios homens alfabetizados é inferior (91,1%). Neste mesmo setor, encontra-se o menor percentual de chefes de domicílios mulheres que são alfabetizadas (87,5%).

INFRAESTRUTURA URBANA

Os dados de infraestrutura urbana trazem informações sobre coleta de lixo, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica. O abastecimento de água da rede geral na AEIU do Porto, em todos os setores, é praticamente universal com percentuais entre 97% (setor CD) e 100%. O acesso à energia elétrica também é universalizado em todos os setores, seja via companhia distribuidora ou outras fontes de energia. O setor CD possui o menor percentual de domicílios particulares com energia elétrica de companhia distribuidora (83%), sendo que 17% dos domicílios deste setor possuem energia elétrica de outras fontes.

A coleta de lixo no Porto Maravilha é feita pelo serviço de limpeza (80%) ou coletado em caçamba de serviço de limpeza (20%). Na capital, a coleta do lixo pelo serviço de limpeza atende 85% dos domicílios. Há grande heterogeneidade entre os setores. Na Gamboa, somente 69% do lixo é coletado pelo serviço de limpeza, já no setor CD (Santo Cristo), onde a situação é mais crítica, este tipo de coleta cai para 22%.

GRÁFICO 8 – PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO PELO SERVIÇO DE LIMPEZA POR SETOR E BAIRROS DO PORTO MARAVILHA Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



O projeto pretende realizar a reconstrução de 700 km de redes de infraestrutura urbana (água, esgoto, drenagem), a implantação de 17 km de ciclovias, a construção de três novas estações de tratamento de esgoto e a implantação de coleta seletiva de lixo, entre outros (apresentação do projeto no site do Porto Maravilha: <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>)⁹.

⁹. De acordo com o Estudo de Impacto de Vizinhança, está prevista a realização de investimentos em modernização da rede de abastecimento de água e de outros serviços de infraestrutura, a fim de suprir o aumento da demanda ocasionada pelo adensamento populacional esperado (Estudo de Impacto de Vizinhança, cap. V, página 95).

De acordo com o Censo de 2010, existem na AEIU do Porto nove aglomerados subnormais, nos quais vivem 4.889 pessoas, o que corresponde a 16% da população do Porto Maravilha, em 1.465 domicílios (15% do total). Esses percentuais, que caracterizam a moradia em favela, são inferiores ao da média da cidade do Rio de Janeiro, onde 22% das pessoas e 20% dos domicílios estão em aglomerados subnormais¹⁰.

A distribuição espacial dos aglomerados subnormais está concentrada na Gamboa (3) e no Santo Cristo (6). Na Gamboa, 30,8% da população vive em aglomerado subnormal no setor H. No Santo Cristo, esse percentual é menor (6,9%), distribuído nos setores E, F e H.

AMPLIANDO O OLHAR: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO E DO ENTORNO

Esta seção pretende analisar alguns dados demográficos e socioeconômicos da região com base na amostra do Censo de 2010, comparando os resultados entre a área portuária, seu entorno e a cidade do Rio de Janeiro. Para este conjunto de indicadores, o menor nível de desagregação é a Área de Ponderação (AP) do Censo, que no caso da região portuária engloba os bairros Gamboa, Saúde, Santo Cristo e Caju. Este último, no entanto, não é um bairro completo da AEIU do Porto. A riqueza das informações disponíveis por AP justifica a sua utilização, mesmo com a ampliação da abrangência geográfica. Este recorte é bem mais amplo do que o utilizado no capítulo anterior. Infelizmente, o Caju, que pode ser considerado como um bairro do entorno, está integrado na delimitação da área de ponderação da região portuária não sendo possível desagregá-lo. O mapa 3 mostra a área referente à região portuária que é composta pela região do Porto Maravilha e Caju.

MAPA 3 – ÁREA DE PONDERAÇÃO DA REGIÃO PORTUÁRIA E ENTORNO Fonte: <http://www.ibge.gov.br>



10. Os aglomerados subnormais são definidos pelo IBGE como um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou privada) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. São identificados com base na ocupação ilegal da terra e por possuir urbanização fora dos padrões vigentes ou serviços públicos essenciais precários.

A região do entorno é composta pelos bairros que fazem fronteira com a AEIU do Porto, além de serem parcialmente atingidos pela AEIU do Porto. São eles: Centro, Cidade Nova, Catumbi e São Cristóvão. O entorno foi incluído no estudo de forma a contribuir para a reflexão da reintegração da região na dinâmica da cidade a partir de uma análise comparativa. Dessa forma, além da comparação com a cidade do Rio de Janeiro, é possível relacionar a situação do Porto com seu entorno, permitindo verificar semelhanças e diferenças entre as áreas.

CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

As características demográficas examinadas nas áreas do Porto e Caju e do entorno, com dados da amostra do Censo de 2010, referem-se à migração e imigração, fecundidade e posse de bens duráveis nos domicílios.

Em relação à origem dos residentes da área do Porto e Caju, 74% é natural do estado do Rio de Janeiro, percentual inferior aos habitantes da capital (83%) e superior à área do entorno do Centro (65%). Os migrantes da área do Porto e Caju representam 25%, sendo a maior parte proveniente dos estados da Paraíba (23%), do Ceará (22%) e de Pernambuco (12%). Nas regiões do entorno, assim como na cidade do Rio de Janeiro, os migrantes são, em sua maior parte, do Ceará, Paraíba e Minas Gerais. O tempo médio que os migrantes da região do Porto e Caju moram na cidade do Rio de Janeiro é de 19 anos, inferior ao tempo médio dos migrantes na capital (25 anos).

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR MIGRANTES E IMIGRANTES, SEGUNDO ÁREAS SELECIONADAS E CIDADE DO RIO DE JANEIRO: RIO DE JANEIRO, 2010 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE

	ÁREA DO PORTO E CAJU		CENTRO		SÃO CRISTÓVÃO		ESTÁCIO E CATUMBI		CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Natural do ERJ	36.051	74	26.738	65	31.624	75	27.586	78	5.214.740	83
Migrantes	12.298	25	13.163	32	9.815	23	7.291	21	1.036.404	16
Paraíba	2.791	6	1.395	3	2.000	5	801	2	175.677	3
Ceará	2.763	6	2.588	6	1.881	4	1.980	6	125.333	2
Pernambuco	1.470	3	778	2	861	2	708	2	93.708	1
Bahia	1.093	2	807	2	984	2	844	2	93.038	1
Maranhão	968	2	1.269	3	573	1	863	2	49.586	1
Minas Gerais	1.031	2	1.961	5	1.097	3	798	2	160.947	3
Outros	2.183	4	4.366	11	2.419	6	1.298	4	338.114	5
Imigrantes	315	1	1.241	3	553	1	334	1	69.302	1
Portugal	272	1	466	1	362	1	189	1	36.835	1
Itália	43	0	0	0	0	0	0	0	4.559	0
Outros	0	0	775	2	191	0	145	0	27.908	0

Os dados de fecundidade mostram que a gravidez precoce (entre 15 e 17 anos) da área do Porto e Caju (4,4%) é inferior à da capital (6,0%). No Centro (3,5%) e São Cristóvão (4,1%), o resultado é próximo da Região Portuária, entretanto, no Estácio e Catumbi (9,6%), o percentual de gravidez precoce é mais do que o dobro da área do Porto e Caju e superior ao da capital.

BENS DE CONSUMO

A análise da porcentagem de domicílios por posse de bens duráveis revela que mais de 90% dos domicílios das áreas selecionadas e da cidade do Rio de Janeiro possuem televisão e geladeira.

A posse de telefone fixo apresenta uma diferença significativa, já que na área do Porto e Caju o percentual é bem menor do que nas outras áreas. Enquanto na capital 74,2% dos domicílios possuem telefone fixo, apenas 57,5% dos domicílios da Região Portuária possuem esse bem. No entorno, o menor percentual aparece no Estácio e Catumbi, com 66,3% dos domicílios com telefone fixo. No Porto e Caju, 87,5% dos domicílios possuem celular, enquanto na cidade do Rio de Janeiro este percentual é de 89%. No entorno, São Cristóvão se destaca com 91% dos domicílios com celular, sendo que o percentual mais baixo é encontrado no Estácio e Catumbi (84%).

Os percentuais de domicílios com computador (39,7%) e carro particular (12,6%) no Porto e Caju são inferiores ao da capital (59,1% e 38,3%, respectivamente).

TABELA 2 – PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS POR POSSE DE BENS DURÁVEIS SEGUNDO ÁREAS SELECIONADAS E CIDADE DO RIO DE JANEIRO: RIO DE JANEIRO, 2010 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE

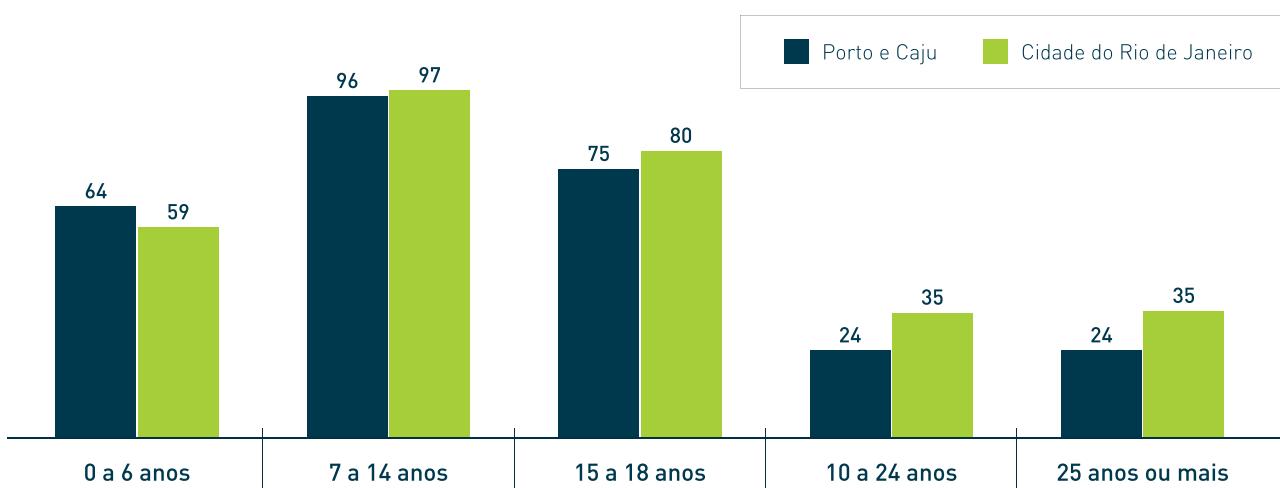
DOMICÍLIOS PERMANENTES	ÁREA DO PORTO E CAJU	CENTRO	SÃO CRISTÓVÃO	ESTÁCIO E CATUMBI	CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Por posse de bens					
Rádio	89,1	88,2	90,5	83,9	89,3
Televisão	97,8	97,8	98,7	99,2	98,9
Máquina de lavar roupa	62,6	67,4	71,0	65,1	76,0
Geladeira	96,7	97,9	99,2	97,7	98,8
Celular	87,0	89,5	90,9	84,1	89,0
Telefone fixo	57,5	75,0	71,7	66,3	74,2
Computador	39,7	58,6	53,3	50,4	59,1
Computador com internet	83,2	87,8	87,4	87,6	88,0
Motocicleta particular	5,1	3,8	6,4	6,9	5,8
Carro particular	12,6	19,7	25,2	19,8	38,3

EDUCAÇÃO

No tocante aos indicadores de educação, o percentual de pessoas que frequentam creches e escolas públicas na área portuária e entorno é superior ao da capital. No Porto e Caju, 87% frequentam escolas e creches públicas, enquanto na capital este percentual cai para 61%. No Estácio e Catumbi este percentual é de 73%, mostrando que, em comparação com a cidade, a maioria da população das áreas selecionadas recorre ao ensino público.

As áreas do Porto e Caju e do entorno obtiveram resultados melhores em termos de frequência à creche ou escola das crianças de 0 a 6 anos na comparação à média da capital. Porém, a partir dos 15 anos, as taxas de frequência à escola no Porto e Caju são inferiores às da capital. A menor frequência escolar a partir dos 15 anos, e ainda menor a partir dos 19 anos, pode estar relacionada à qualidade da escola e ao atraso escolar, pois os alunos mais atrasados se desestimulam e param de estudar. Outro fator é a concorrência com o trabalho, pois muitos jovens deixam de estudar para ingressar no mercado de trabalho.

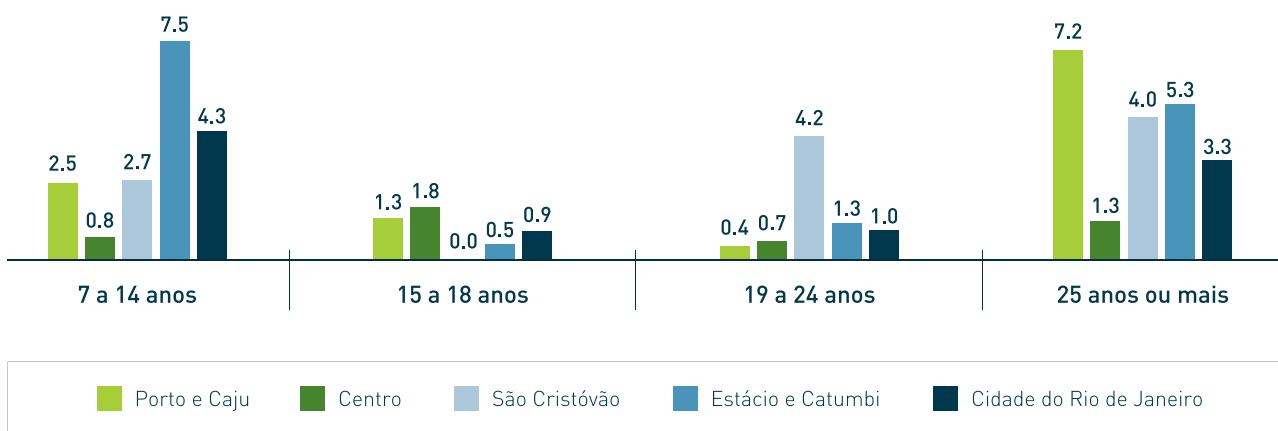
GRÁFICO 9 – PERCENTUAL DE FREQUÊNCIA ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA SEGUNDO A REGIÃO PORTUÁRIA (PORTO E CAJU) E CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



As áreas selecionadas apresentam desempenhos bem diferentes em relação à taxa de analfabetismo por faixa etária. No Estácio e Catumbi, a taxa mais elevada ocorre entre a população de 7 a 14 anos (7,5%), já na área do Porto a maior taxa ocorre entre a população de 25 anos ou mais (7,2%), sendo que na capital o analfabetismo nesta faixa etária é de 3,3%, indicando um sério problema a ser enfrentado na região.

Observando a taxa de analfabetismo da população entre 15 e 18 anos, percebe-se que a área do Porto e Caju (1,3%) apresenta uma taxa superior à da cidade do Rio de Janeiro (0,9%), Estácio e Catumbi (0,5%) e São

GRÁFICO 10 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA SEGUNDO ÁREAS SELECIONADAS E CIDADE DO RIO DE JANEIRO Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE

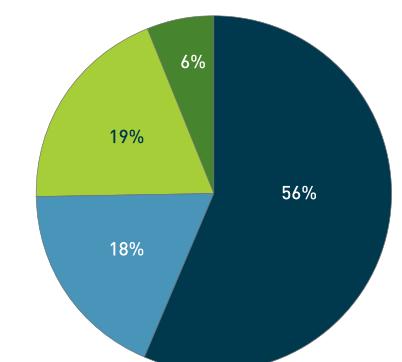


O analfabetismo funcional, caracterizado por pessoas com menos de 4 anos de estudos, é bastante elevado na área do Porto e Caju (41,6%) em comparação com a capital (23,2%) e até mesmo com o entorno, já que este percentual alcança o máximo de 29,8% em São Cristóvão.

A área do Porto e Caju e também o seu entorno apresentam dados preocupantes relacionados com educação, especialmente no ensino superior. Mais de metade (56%) da população adulta não tem instrução ou possui apenas o ensino fundamental incompleto, sendo que na capital este percentual é de 32%. Quando comparados com aqueles com algum ensino superior, no Porto e Caju este percentual é de 6% contra 28% na cidade do Rio de Janeiro, e, no entorno, o mínimo encontrado é no Estácio e Catumbi (16%).

GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL EDUCACIONAL: PORTO E CAJU, 2010

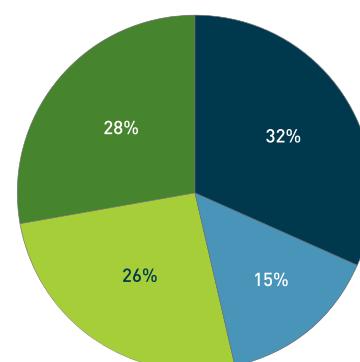
Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



- Sem instrução e Fundamental Incompleto
- Fundamental Completo e Médio Incompleto
- Médio Completo
- Algum Ensino Superior

GRÁFICO 12 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL EDUCACIONAL: CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010

Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



- Sem instrução e Fundamental Incompleto
- Fundamental Completo e Médio Incompleto
- Médio Completo
- Algum Ensino Superior

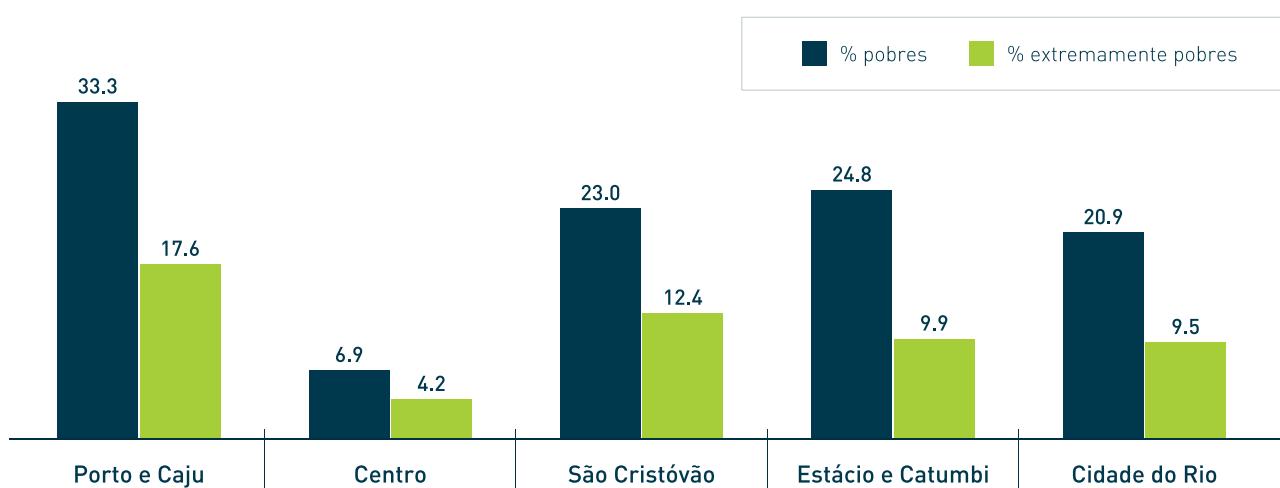
RENDAS, POBREZA E DESIGUALDADE

Ao olharmos para a renda domiciliar *per capita*, é possível verificarmos o descompasso entre a área do Porto e Caju (R\$ 506) e a capital (R\$ 1.414). Mesmo no entorno, a renda é superior, com o Centro apresentando uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 1.541 e São Cristóvão de R\$ 847.

O coeficiente de Gini, que expressa o grau de concentração da distribuição de renda e varia de 0 (igualdade perfeita) a 1 (desigualdade máxima), revela que a desigualdade de renda no Porto e Caju é a menor (0,480), em comparação com o entorno e a capital (0,639).

A situação é mais crítica ao olharmos os indicadores de pobreza e extrema pobreza. Na região do Porto e Caju, um terço da população é pobre e 18% são extremamente pobres¹¹. No Estácio e Catumbi, um quarto da população é pobre e, em São Cristóvão, o percentual de extremamente pobres é 12,4%.

GRÁFICO 13 – PERCENTUAL DE POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NAS ÁREAS SELECIONADAS E CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2010 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



ACESSO AO TRABALHO

Quanto ao trabalho, foram analisados dados de população economicamente ativa, taxa de desemprego, população ocupada e renda média por posição na ocupação, sendo considerado ainda o tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho e a população ocupada por carga horária média de trabalho semanal.

A população economicamente ativa da área do Porto e Caju é de 56,2% da população em idade ativa, percentual ligeiramente inferior ao da cidade do Rio de Janeiro (57%). No entorno, este número chega a 65,5% no Centro e 59,7% no Estácio e Catumbi. Em São Cristóvão, o percentual é o mesmo do Porto e Caju.

11. A linha de pobreza é a metade do salário mínimo de 2010 (R\$ 255) e de extrema pobreza é R\$ 127,50.

A taxa de desemprego de 10,4%, por sua vez, revela a precariedade da inserção dos moradores da área do Porto e Caju no mundo do trabalho, sendo superior à taxa da capital (7,7%). No entorno, a menor taxa de desemprego está no Centro (5,8%), enquanto a maior encontra-se no Estácio e Catumbi (8,3%).

A distribuição da população por carga horária semanal revela que 44,9% dos empregados na área do Porto e Caju trabalham mais de 40 horas semanais, enquanto na cidade este percentual é bem inferior (38,6%). No Estácio e Catumbi, o percentual também é elevado (40,6%).

Quanto ao tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho, 91,5% dos ocupados da região portuária gastam até uma hora entre a casa e o trabalho, contra 74,7% na capital, evidenciando o caráter central da região. Também pode contribuir para o menor tempo médio de deslocamento entre a casa e o trabalho a possibilidade de muitos moradores trabalharem na área portuária ou próximo a ela. Na região do entorno, o percentual mais baixo está em São Cristóvão, com 83,9% dos ocupados levando até uma hora entre a casa e o trabalho. Os investimentos em mobilidade previstos no projeto do Porto Maravilha permitirão reduzir ainda mais o tempo de deslocamento e contribuir para aumentar a possibilidade de investimentos e empregos na região.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMPO DE DESLOCAMENTO ENTRE CASA E O TRABALHO SEGUNDO ÁREAS SELECIONADAS E CIDADE DO RIO DE JANEIRO: RIO DE JANEIRO, 2010 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE

	ÁREA DO PORTO E CAJU	CENTRO	SÃO CRISTÓVÃO	ESTÁCIO E CATUMBI	CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Até 5 minutos	5,3	7,6	6,2	7,3	5,9
De 6 a 30 minutos	39,9	53,9	34,2	49,4	32,5
De 30 a 60 minutos	46,3	28,9	43,6	35,3	36,3
De 1 a 2 horas	7,9	8,4	14,9	7,6	21,3
2 horas ou mais	0,5	1,2	1,2	0,4	4,0

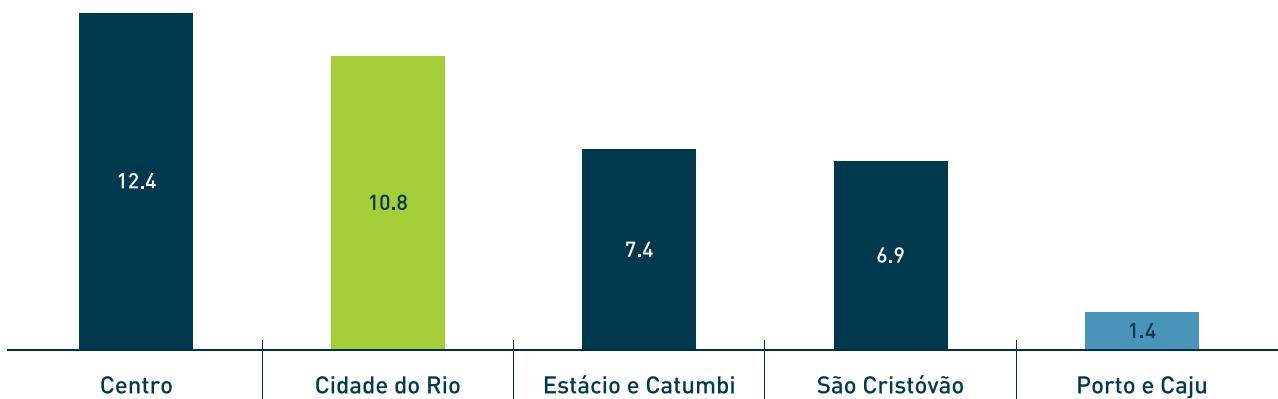
Com relação à forma de inserção no mercado de trabalho, o percentual de empregados com carteira assinada no Porto e Caju é superior à média da cidade e das regiões do entorno. Esta área, bem como Estácio e Catumbi, possui os menores percentuais de trabalhadores por conta própria (15,4%), enquanto na cidade do Rio de Janeiro este percentual é de 19,4%. São Cristóvão apresenta o maior percentual de trabalhadores por conta própria no entorno (19,2%).

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO POR POSIÇÃO E RENDA MÉDIA NA OCUPAÇÃO SEGUNDO ÁREAS SELECIONADAS E CIDADE DO RIO DE JANEIRO: RIO DE JANEIRO, 2010 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE

	ÁREA DO PORTO E CAJU	CENTRO	SÃO CRISTÓVÃO	ESTÁCIO E CATUMBI	CIDADE DO RIO DE JANEIRO
População de ocupados por posição na ocupação					
Com carteira assinada	65,1	57,6	57,5	60,4	55,7
Militares	0,9	1,6	0,5	1,3	2
Funcionários públicos	0,9	6,1	2,7	2,8	4,9
Sem carteira assinada	15,1	12,4	17	16,3	14,5
Conta própria	15,4	18,9	19,2	15,4	19,4
Empregador	0,2	2,7	1,4	1,2	2,3
Não remunerado	2,5	0,9	1,7	2,6	1,1
Renda média por posição na ocupação					
Com carteira assinada	877	1.621	1.368	1.022	1.836
Militares	2.074	2.715	2.391	1.797	3.158
Funcionários públicos	1.521	3.850	3.881	3.954	4.555
Sem carteira assinada	721	1.313	929	1.053	1.085
Conta própria	903	2.000	1.247	1.327	2.189
Empregador	2.035	3.103	4.214	1.940	7.202

A tabela revela ainda que a área do Porto e Caju apresenta o menor percentual de empregadores (0,2%) em relação às outras regiões. A taxa de sucesso de empreendedorismo, medida pelo percentual de empregadores entre os empreendedores (conta própria mais empregadores), é muito inferior no Porto e Caju às taxas encontradas tanto no entorno quanto na cidade do Rio de Janeiro, devido ao baixo percentual de empregadores na área. A taxa de sucesso de empreendedorismo do Centro é superior à da cidade do Rio de Janeiro.

GRÁFICO 14 – TAXA DE SUCESSO DE EMPREENDEDORISMO SEGUNDO ÁREAS SELECIONADAS E CIDADE DO RIO DE JANEIRO: RIO DE JANEIRO, 2010 Fonte: IETS com base nos dados do Censo 2010/IBGE



A análise da renda média por posição na ocupação revela que os trabalhadores residentes na área de Porto e Caju recebem, em média, remunerações inferiores em todas as posições na ocupação, tanto em relação ao entorno¹² quanto à capital, revelando a precariedade do trabalho nesta região.

Na área do Porto e Caju, a maior renda média por posição na ocupação é encontrada entre os militares, seguidos por empregadores. Na cidade do Rio de Janeiro e em São Cristóvão, a maior renda média dos ocupados está entre os empregadores. A renda média do empregador no Porto e Caju (R\$2.035) só é maior do que a encontrada no Estácio e Catumbi (R\$ 1.940).

Os trabalhadores por conta própria na área do Porto e Caju recebem a menor renda média dos ocupados em comparação com o entorno e com a cidade do Rio de Janeiro. Com apenas R\$ 903 de renda média, os trabalhadores por conta própria do Porto e Caju possuem uma renda bem inferior aos da cidade do Rio de Janeiro (R\$ 2.189) e até mesmo da menor renda média do entorno (R\$ 1.247, em São Cristóvão).

Esses resultados colocam grandes desafios ao Sebrae, uma vez que os trabalhadores residentes na região encontram mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho (taxa de desemprego alta) e o empreendedorismo não se configura como alternativa tão presente quanto na média da cidade, ou mesmo no entorno.

ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS FORMAIS: A DINÂMICA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA REGIÃO

Nesta seção, iremos analisar o perfil empresarial no Porto Maravilha, em especial, a situação das micro e pequenas empresas. Para isso, serão utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE) de 2011 sobre número de estabelecimentos, empregos formais e remuneração por setor e porte da empresa. As informações serão apresentadas segundo os bairros do Porto (Gamboa, Saúde e Santo Cristo) e do seu entorno (Centro, Caju, São Cristóvão, Cidade Nova e Praça da Bandeira).

12. Exceto em relação aos militares e empregadores do Estácio e Catumbi.

TABELA 5 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR SETOR E PORTE DE ESTABELECIMENTO: CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BAIRROS DO PORTO E ENTORNO, 2011 Fonte: IETS, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2011

	TOTAL	INDÚSTRIA			CONSTRUÇÃO			COMÉRCIO			SERVIÇOS		
		MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE
Rio de Janeiro	129,758	5,416	1,101	308	2,974	774	255	32,322	8,151	1,127	60,197	13,911	3,222
Porto	809	79	14	5	26	9	4	154	51	12	313	100	42
Gamboa	145	26	4	2	4	3	1	37	11	0	35	15	7
Santo Cristo	373	39	9	2	18	3	2	78	22	7	120	49	24
Saúde	291	14	1	1	4	3	1	39	18	5	158	36	11
Entorno	22,076	838	195	66	547	168	76	4,120	1,074	112	10,723	3,267	890
Caju	141	7	2	5	2	4	1	25	5	2	58	22	8
São Cristóvão	2,062	213	79	21	101	25	9	625	200	28	500	182	79
Cidade Nova	253	8	1	4	9	6	0	45	15	1	106	37	21
Centro	19,163	580	107	36	424	130	65	3,336	815	79	9,869	2,969	753
Pça. da Bandeira	457	30	6	0	11	3	1	89	39	2	190	57	29

Notas: 1) Para indústria e construção: Microempresa - até 19 ocupados; Pequena empresa - de 20 a 99 ocupados; Média e Grande empresa - 100 ou mais empregados. Para comércio e serviços: Microempresa - até 9 ocupados; Pequena empresa - de 10 a 49 ocupados; Média empresa - de 50 a 99 ocupados; Grande empresa - 100 ou mais empregados. 2) O setor serviços não inclui administração pública e serviço doméstico. 3) Não inclui a RAIS negativa.

O total de empresas nos bairros portuários (Gamboa, Santo Cristo e Saúde) é de 809 estabelecimentos formais. A relação entre número de estabelecimentos e a população da AEIU do Porto é de 26,9 estabelecimentos por 1.000 habitantes, enquanto a da cidade do Rio de Janeiro é de 20,5 estabelecimentos por 1.000 habitantes. Nos bairros do Porto, a maioria dos estabelecimentos encontra-se em Santo Cristo.

As microempresas representam 71% do total de estabelecimentos nos bairros portuários, proporção inferior à média da cidade (78%) e ao entorno (74%). As MPEs constituem 92% do total de estabelecimentos da área do porto, inferior à média da cidade (96%).

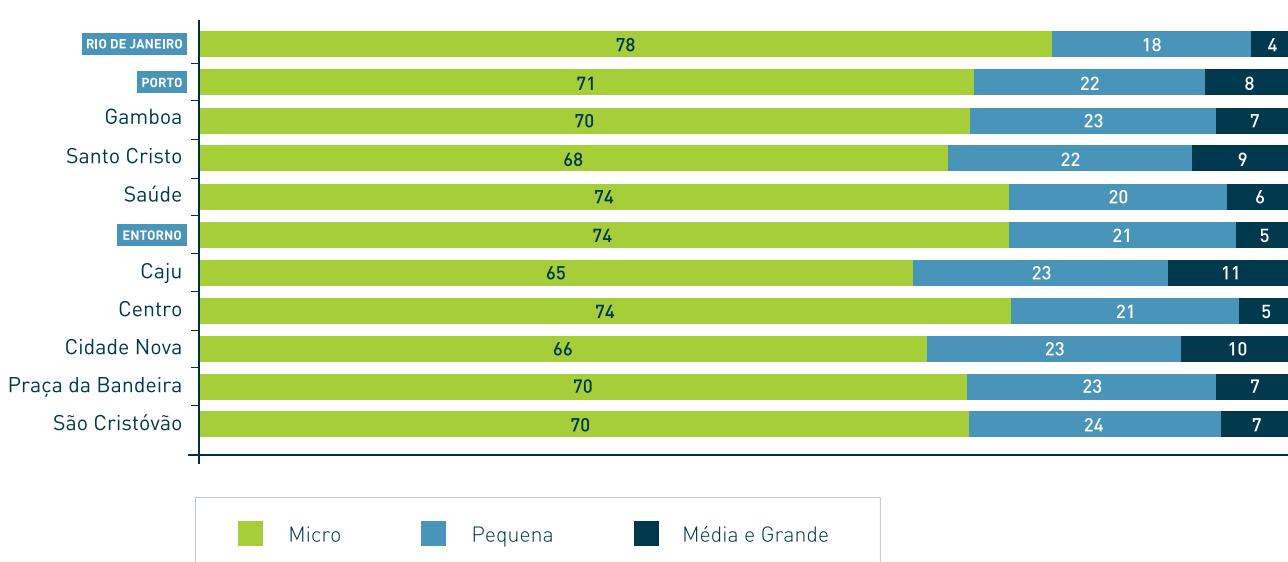
Entre os bairros do Porto, a Saúde apresenta o maior percentual de microempresas (74%), enquanto a Gamboa possui o maior percentual de pequenas empresas (23%). No entorno, o destaque entre as microempresas é o Centro (74%) e entre as pequenas é São Cristóvão (24%). Vale ressaltar que os bairros do Porto apresentam o dobro do percentual de médias e grandes empresas da cidade do Rio de Janeiro, o que pode ser visto como uma oportunidade tanto para as pequenas empresas atuarem como fornecedoras como para um potencial crescimento de atividades de comércio e serviços em geral. Neste sentido, destaca-se a relevância das atividades de capacitação e profissionalização das MPEs da região.

O total de empresas nos bairros portuários (Gamboa, Santo Cristo e Saúde) é de 809 estabelecimentos formais. A relação entre número de estabelecimentos e a população da AEIU do Porto é de 26,9 estabelecimentos por 1.000 habitantes, enquanto a da cidade do Rio de Janeiro é de 20,5 estabelecimentos por 1.000 habitantes. Nos bairros do Porto, a maioria dos estabelecimentos encontra-se em Santo Cristo.

As microempresas representam 71% do total de estabelecimentos nos bairros portuários, proporção inferior à média da cidade (78%) e ao entorno (74%). As MPEs constituem 92% do total de estabelecimentos da área do porto, inferior à média da cidade (96%).

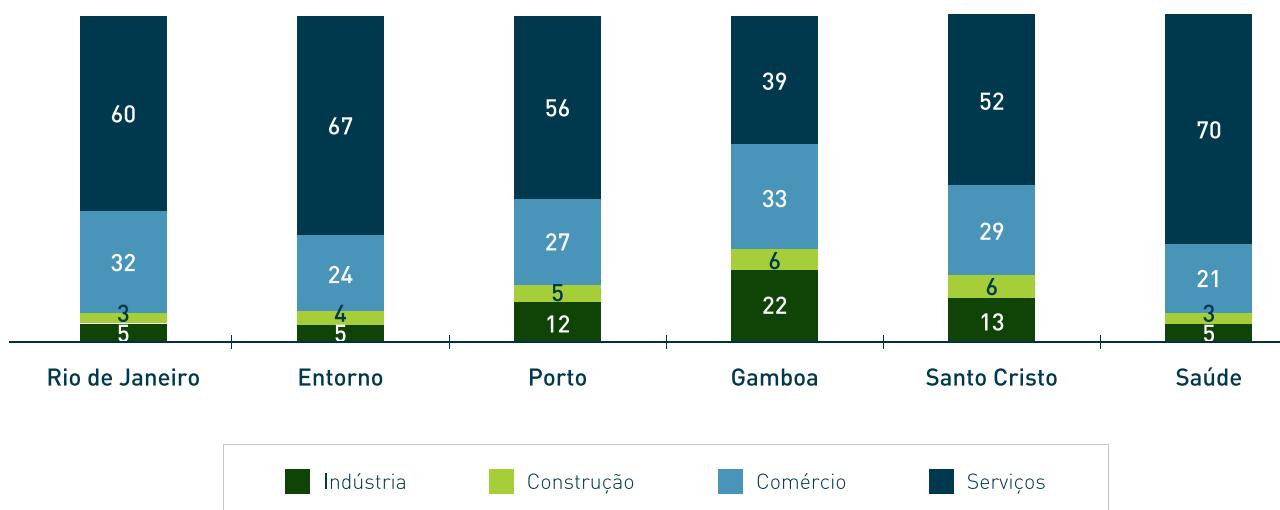
Entre os bairros do Porto, a Saúde apresenta o maior percentual de microempresas (74%), enquanto a Gamboa possui o maior percentual de pequenas empresas (23%). No entorno, o destaque entre as microempresas é o Centro (74%) e entre as pequenas é São Cristóvão (24%). Vale ressaltar que os bairros do Porto apresentam o dobro do percentual de médias e grandes empresas da cidade do Rio de Janeiro, o que pode ser visto como uma oportunidade tanto para as pequenas empresas atuarem como fornecedoras como para um potencial crescimento de atividades de comércio e serviços em geral. Neste sentido, destaca-se a relevância das atividades de capacitação e profissionalização das MPEs da região.

GRÁFICO 15 – PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS POR PORTE DE EMPRESA: CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BAIRROS DO PORTO E ENTORNO, 2011 Fonte: IETS, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2011



A presença relativa da indústria é maior nos bairros portuários (12% dos estabelecimentos) do que no entorno ou na média da cidade (ambos com 5%). No total dos bairros portuários, 56% são empresas de serviços e 27% são do comércio. Entretanto, as diferenças entre os bairros merecem destaque. Essa maior presença de estabelecimentos industriais ocorre principalmente no bairro da Gamboa (22%), seguido de Santo Cristo com 13%. Já no bairro da Saúde, a composição setorial é próxima da cidade e do entorno, com maior participação dos estabelecimentos no setor de serviços (70%). Vale observar ainda que essas diferenças na composição setorial entre o Porto e a cidade e entre os bairros do Porto se devem às MPEs existentes na região.

GRÁFICO 16 – PERCENTUAL DE MPE POR SETOR, SEGUNDO BAIRROS DO PORTO MARAVILHA, ENTORNO E CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011 Fonte: IETS, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2011



Destacamos que os dados apresentados neste estudo referem-se às empresas com empregados ou que, apesar de não possuírem empregados em 31 de dezembro, tiveram pelo menos um empregado ao longo do ano-base. Com isso, a análise busca apreender a dinâmica empresarial da região de uma atuação mais efetiva com geração de empregos formais.

Assim, não incluímos os dados da RAIS negativa (declaração de estabelecimentos que não possuíram empregados ao longo do ano-base ou mantiveram suas atividades paralisadas). Para estes dados, a análise sofre complicações, já que não é possível diferenciar empresas paralisadas de empresas sem empregados. O tipo de estímulo adequado para uma destas situações é bem diferente, mas os dados chamam atenção para a necessidade de investigar este público. Ao incluirmos os estabelecimentos sem empregados e com atividades paralisadas, o total de empresas no Porto e na cidade do Rio de Janeiro praticamente dobra. No Porto, o número de empresas passa de 809 para 1.628 e, na capital, este número aumenta de 129.758 para 259.611.

Em relação ao número de empregos formais, os bairros do Porto possuem 20.027 empregos, o que corresponde a 1% do total de empregos da cidade do Rio de Janeiro. No setor industrial dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, estão 9% do total de empregos da região do Porto Maravilha, enquanto na capital este percentual é de 11%. Nos bairros portuários, 70% dos empregos formais estão no setor de serviços, 15% no comércio e 5% na construção.

Nota-se que, no Porto, a maior parte do emprego formal está concentrada nas médias e grandes empresas de serviços (56%), sendo que, em Santo Cristo, este percentual alcança 68%. Na Saúde, 32% dos empregos estão nas médias e grandes do setor de serviços e 21% nas médias e grandes do setor de comércio. No entorno, o percentual de empregos das médias e grandes de serviços é de 49%.

Vale ressaltar a heterogeneidade entre os bairros. Na Gamboa, ¼ dos empregos formais estão na indústria, ao passo que na Saúde verifica-se percentual relevante de empregos no comércio (32%) e, em Santo Cristo, cerca de 80% dos empregos estão no setor de serviços.

Nos bairros do entorno, os maiores percentuais de empregos formais estão no setor de serviços. Na Praça da Bandeira, 81% dos empregos formais encontram-se no setor de serviços, enquanto no Caju os empregos estão mais concentrados no setor da indústria (45%).

TABELA 6 - TOTAL DE EMPREGOS FORMAIS POR SETOR E PORTE DE ESTABELECIMENTO: CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BAIRROS DO PORTO E ENTORNO, 2011 Fonte: IETS, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2011

	TOTAL	INDÚSTRIA			CONSTRUÇÃO			COMÉRCIO			SERVIÇOS		
		MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE
Rio de Janeiro	2.013.275	28.543	44.266	154.896	14.543	33.534	89.602	103.811	150.861	154.156	165.422	285.702	787.939
Porto	20.027	385	465	1.028	121	356	526	493	998	1.598	933	1.991	11.133
Gamboa	2.807	134	120	441	31	95	126	114	184	0	109	332	1.121
Santo Cristo	12.425	186	288	347	69	138	293	276	402	579	385	991	8.471
Saúde	4.795	65	57	240	21	123	107	103	412	1.019	439	668	1.541
Entorno	458.652	4.192	8.200	36.044	2.668	7.767	27.804	13.490	20.067	15.355	31.216	68.210	223.639
Caju	4.964	45	46	2.137	4	195	288	92	57	140	170	485	1.305
São Cristóvão	57.240	1.282	3.374	4.385	484	1.041	4.000	2.113	3.956	3.594	1.539	3.847	27.625
Cidade Nova	24.214	25	68	8.076	63	253	0	121	266	98	342	786	14.116
Centro	359.058	2.670	4.436	21.446	2.016	6.172	23.102	10.869	15.006	11.165	28.646	61.862	171.668
Pça. da Bandeira	13.176	170	276	0	101	106	414	295	782	358	519	1.230	8.925

Nota: Para indústria e construção: Microempresa - até 19 ocupados; Pequena empresa - de 20 a 99 ocupados; Média e Grande empresa - 100 ou mais empregados. Para comércio e serviços: Microempresa - até 9 ocupados; Pequena empresa - de 10 a 49 ocupados; Média empresa - de 50 a 99 ocupados; Grande empresa - 100 ou mais empregados. O setor serviços não inclui administração pública e serviço doméstico.

Quanto à remuneração dos ocupados, os bairros da área portuária registram, em média, salários mais baixos do que a média da cidade, considerando o mesmo setor de atividade e porte das empresas. Há algumas exceções como as pequenas empresas da construção civil e de serviços. Também no setor de comércio as médias e grandes empresas do Porto superam a remuneração média da cidade do Rio de Janeiro. Já a remuneração das pequenas empresas comerciais no Porto e na capital é bem próxima.

Entre os bairros portuários, a maior remuneração média total está na Saúde (R\$ 2.785). A Gamboa se destaca no setor industrial e entre as MPEs no setor de comércio com a maior remuneração média entre os bairros portuários. No setor de serviços, o bairro portuário que se sobressai é o da Saúde. No entorno,

o Centro apresenta os maiores valores de remuneração média no setor industrial e setor de construção civil, exceto nas pequenas empresas de construção, que possuem maior remuneração média no Caju.

No setor industrial, entre os bairros do entorno, o Centro possui os maiores valores de remuneração média, seguido das MPEs em São Cristóvão e das médias e grandes empresas na Cidade Nova. No setor de construção, é nas pequenas empresas de Santo Cristo que encontramos os valores de remuneração média mais elevados, lembrando que este valor se refere a três empresas.

TABELA 7 – REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SETOR E PORTE DE ESTABELECIMENTO: CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BAIRROS DO PORTO E ENTORNO, 2011 Fonte: IETS, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2011

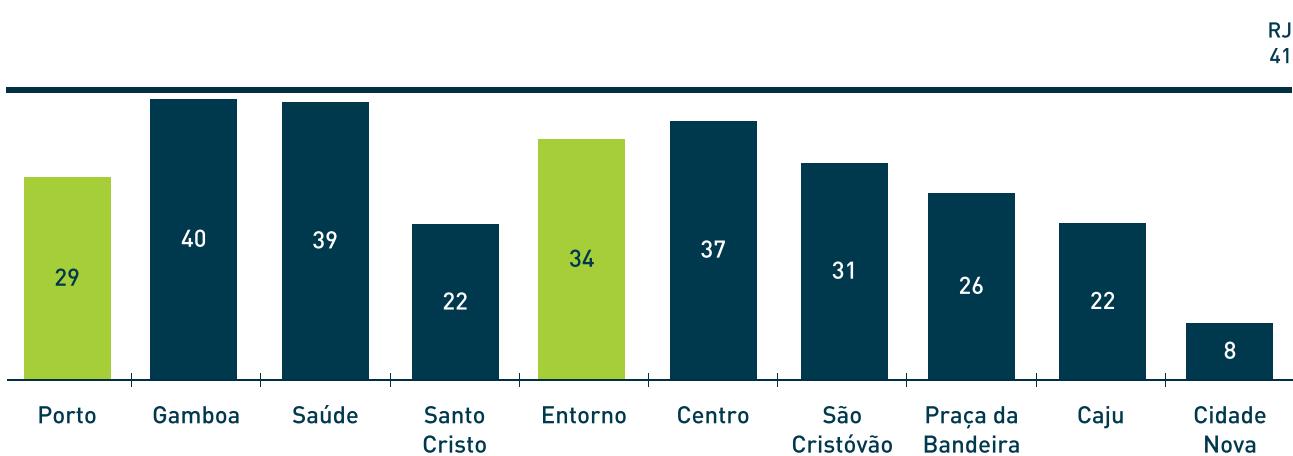
	TOTAL	INDÚSTRIA			CONSTRUÇÃO			COMÉRCIO			SERVIÇOS		
		MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE	MICRO	PEQ.	MÉDIA E GRANDE
Rio de Janeiro	2.057	1.561	2.249	4.361	1.469	1.565	2.080	947	1.174	1.713	1.216	1.563	2.380
Porto	1.847	1.213	1.692	1.702	1.128	2.588	1.242	999	1.139	2.846	1.112	1.655	1.955
Gamboa	1.550	1.277	2.244	1.825	1.100	1.020	1.032	1.219	1.344	0	905	1.544	1.647
Santo Cristo	1.552	1.194	1.600	1.583	1.088	4.072	1.314	880	963	1.537	1.027	1.288	1.633
Saúde	2.785	1.134	993	1.648	1.300	2.134	1.292	1.075	1.218	3.590	1.238	2.253	3.947
Entorno	2.697	2.479	3.992	7.498	1.863	1.514	2.451	1.019	1.345	2.398	1.471	1.987	2.593
Caju	1.739	872	5.017	1.677	571	2.638	1.732	835	3.286	3.992	1.241	1.504	1.532
São Cristóvão	1.831	1.445	1.586	2.539	1.139	1.243	1.992	1.052	1.389	2.934	1.152	1.342	1.863
Cidade Nova	2.983	940	717	5.395	1.223	1.300	0	755	1.023	928	1.208	2.338	1.804
Centro	2.886	3.109	6.053	9.885	2.095	1.528	2.566	1.019	1.337	2.266	1.502	2.037	2.859
Pça. da Bandeira	1.148	1.018	917	0	1.150	1.802	952	966	1.250	905	977	1.431	1.137

Nota: Para indústria e construção: Microempresa - até 19 ocupados; Pequena empresa - de 20 a 99 ocupados; Média e Grande empresa - 100 ou mais empregados. Para comércio e serviços: Microempresa - até 9 ocupados; Pequena empresa - de 10 a 49 ocupados; Média empresa - de 50 a 99 ocupados; Grande empresa - 100 ou mais empregados. O setor serviços não inclui administração pública e serviço doméstico.

As MPEs representam somente 29% dos empregos formais nos bairros portuários, percentual que na média da cidade chega a 41%. Na Gamboa e Saúde, o percentual equivale à média da cidade, porém em Santo Cristo compreende apenas 22%. No entorno, 34% dos empregos estão em MPEs, sendo que o Centro (37%) apresenta a maior participação das MPEs no emprego.

Em relação à massa salarial, a participação das MPEs tanto na média dos bairros portuários (22%) como na do entorno (23%) é inferior à da cidade do Rio de Janeiro (28%). Gamboa (36%) é o único bairro a ultrapassar a média da capital, que fica praticamente empatada com a Praça da Bandeira (28%). Cidade Nova apresenta um percentual baixíssimo de participação das MPEs, tanto no total de empregos formais como na massa salarial do bairro.

GRÁFICO 17 – PARTICIPAÇÃO DAS MPE NO TOTAL DE EMPREGOS FORMAIS: CIDADE DO RIO DE JANEIRO, BAIRROS DO PORTO E ENTORNO, 2011 Fonte: IETS, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2011



A tabela 8 apresenta as principais atividades econômicas dos bairros portuários de acordo com o número de empregados e revela uma grande diversidade. Entre as cinco atividades que mais empregam, destaca-se o bairro de Santo Cristo com atividades ligadas a transporte. Na Saúde, temos o comércio varejista entre as atividades principais e, na Gamboa, as atividades são bem diferenciadas. Na cidade do Rio de Janeiro, restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas fazem parte da segunda atividade que mais emprega (atrás de limpeza em prédios e domicílios). De acordo com a RAIS de 2011, existem 7.670 restaurantes na capital; no Centro, este total é de 1.201. Na Gamboa, o número de restaurantes é 8, bem menor do que o total na Saúde (32) e no Santo Cristo (40).

TABELA 8 – PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS BAIRROS DO PORTO SEGUNDO QUANTIDADE DE EMPREGADOS: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2011 Fonte: IETS, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2011

GAMBOA		SANTO CRISTO		SAÚDE	
EMPREGOS	ATIVIDADE	EMPREGOS	ATIVIDADE	EMPREGOS	ATIVIDADE
346	Armazenamento	2,466	Transporte metroferroviário de passageiros	629	Gestão e administração da propriedade imobiliária*
272	Edição integrada à impressão de jornais	1,886	Atividades de transporte de valores	400	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente
270	Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo	1,169	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana	344	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios
237	Atividades de rádio	654	Outras atividades de telecomunicações	240	Moagem de trigo e fabricação de derivados
169	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	424	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	200	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções na Região Portuária propiciarão uma melhora na infraestrutura e a revitalização econômica da região, resultantes dos investimentos em urbanização, melhoria da mobilidade urbana e transporte alternativo, promoção de áreas verdes e parques, preservação de prédios e sítios históricos e obras de infraestrutura básica prevendo o aumento populacional.

A área do Porto do Rio de Janeiro tem inúmeras potencialidades e também imensos desafios. Baixa renda média, favelização e elevado desemprego são características locais que devem ser consideradas no processo de revitalização, para que seja inclusivo e produza melhores condições de vida da população atual.

A renda domiciliar *per capita* dos moradores é pouco mais de um terço da capital e os indicadores de pobreza são preocupantes: um terço da população da área portuária é pobre e 18% são extremamente pobres.

Em relação ao perfil dos ocupados, nota-se uma proporção maior de empregados – com e sem carteira de trabalho assinada – e menor de trabalhadores por conta própria e empregadores, se comparado com a média da cidade. De fato, a presença de empregadores na região é ínfima (0,2% dos ocupados). Já a proporção de não remunerados e desempregados é maior do que na capital.

A análise da renda média do trabalho revela a baixa produtividade e precariedade do trabalho dos residentes da região. Todas as posições na ocupação registram rendas muito inferiores à média da capital. O emprego com carteira de trabalho assinada, apesar de relativamente mais presente entre os moradores da área do Porto, é de baixa qualidade: a renda média deste grupo é menos da metade da média da capital.

A consequente valorização imobiliária tem evidentes consequências positivas, porém também pode representar dificuldades, principalmente para os moradores em domicílios alugados, que constituem parcela relevante. Essas dificuldades são ainda maiores quando o domicílio é utilizado como local de negócio, pois o aumento dos aluguéis pode inviabilizar a permanência na moradia e a continuidade do negócio. Alternativas de moradia longe farão com que enfrentem dificuldades de mobilidade urbana, que é um dos aspectos positivos para compensar a baixa renda desses moradores.

De fato, um dos desafios do projeto é a questão habitacional. Destaca-se a relevância de uma estratégia de indução de uma dinâmica de bairro, com maior fluxo de pessoas em períodos não comerciais, propiciando um desenvolvimento local para além dos grandes empreendimentos comerciais viabilizados pelos CEPAC.

O baixo nível de instrução da população adulta – mais da metade não possui nem o fundamental completo – é um limitador para as oportunidades que surgem na área e para produtividade da mão de obra. Se por um lado, o nível de escolaridade da população local é extremamente baixo, por outro, a frequência de crianças à escola tem se mostrado mais elevada, o que poderá reduzir a distância em relação à capital no futuro se investimentos forem feitos na qualidade do ensino.

Ressalta-se a importância de traçar ações voltadas para a população jovem do Porto pelo fato da região apresentar taxas de frequência escolar menores que a cidade a partir dos 15 anos. Além disso, a região se caracteriza por um maior contingente de crianças e jovens em relação à média da cidade.

No que tange ao público-alvo do Sebrae, ficam evidentes o baixo e precário empreendedorismo local, bem como a baixa participação das MPEs no emprego e na massa salarial. Isto porque, no perfil da atividade econômica da região, as médias e grandes empresas estão mais presentes em relação à cidade.

O desafio é encontrar a melhor forma de potencializar o desenvolvimento da região através da geração de pequenos negócios locais e da atração de novos negócios. Este movimento deve estar alinhado com uma política de preservação do patrimônio histórico material e imaterial. A atuação local em prol do desenvolvimento econômico deve levar em conta a necessidade de empresas locais se adaptarem à nova realidade da região, além de atrair novos negócios.

A região possui vocações relacionadas ao turismo, entretenimento, cultura e lazer, com destaque para o circuito histórico local e a cadeia produtiva do carnaval. As atividades de tecnologia, inovação e economia criativa também estão em discussão, visando à atração de novos negócios.

A chegada de grandes empreendimentos abre novas oportunidades, como é o caso da instalação da nova sede do Banco Central, atualmente em obras, e que espera transferir 800 funcionários para o novo prédio, na Gamboa. Há ainda a perspectiva da abertura de empresas e centros de tecnologia.

Nesse sentido, o desafio para estimular e potencializar pequenos negócios locais vai desde ações como facilitar o acesso ao crédito à promoção e simplificação da legalização das empresas, passando por cursos de capacitação profissional e orientação para empreendedores atuais e potenciais. Além disso, ressalta-se a importância da capacitação de fornecedores, o apoio a empresas iniciantes através de incubadoras ou de centros de negócios numa perspectiva de atuação que acompanhe as mudanças em curso e a vocação do território. O desempenho dos pequenos negócios, contudo, estará condicionado ao fluxo de pessoas e ao desenvolvimento da região.

As análises aqui expressas buscaram traçar um perfil da população e das empresas na Região Portuária com base nas fontes de informação existentes. São aproximações da realidade local, limitadas pela disponibilidade de indicadores e delimitação geográfica dos dados. Ressalta-se a importância da geração de informações que possibilitem um diagnóstico detalhado e o monitoramento dos indicadores sociais e econômicos para avaliar os impactos da intervenção, bem como identificar possíveis aprimoramentos na estratégia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- **Amsler, Shawn.** *A Study of Urban Waterfront Revitalization as a Catalyst for Real Estate Development.* Columbia University, 2011.
- **Cavalcanti, Marcos.** *A inovação e a tradição: potencial do Porto do Rio.* In Porto Maravilha e a Pequena África, Revista Inteligência Empresarial, CRIE/COPPE/UFRJ, nº 35, 2011.
- **CDURP.** *Porto Maravilha: Estudo Populacional.* DOP/CDURP, Censo Demográfico IBGE 2010.
- **Dias, Sergio.** *Rio de Janeiro. Porto Maravilha.* In: Porto Maravilha. Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Organização: Verena Andreatta. Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2010.
- **Kujawski, Mariana.** *Análise e contextualização do Projeto Porto Maravilha.* In Porto Maravilha e a Pequena África, Revista Inteligência Empresarial, CRIE/COPPE/UFRJ, nº 35, 2011.
- **Osório, Mauro.** *Rio de Janeiro: história e trajetória urbana.* In Porto Maravilha e a Pequena África, Revista Inteligência Empresarial, CRIE/COPPE/UFRJ, nº 35, 2011.
- **Prestes Filho, Luiz Carlos.** *A Pequena África abraça o Porto Maravilha.* In Porto Maravilha e a Pequena África, Revista Inteligência Empresarial, CRIE/COPPE/UFRJ, nº 35, 2011.
- **Prestes Filho, Luiz Carlos; Souto, Edmundo; Donner, Hans; Shluger, Ephim.** *Passarela Popular do Samba: Centro de convergência cultural e esportiva da Zona Norte e Zona Oeste do Rio de Janeiro.*
- **Protasio, Paulo.** *A ideia do Porto Maravilha.* In Porto Maravilha e a Pequena África, Revista Inteligência Empresarial, CRIE/COPPE/UFRJ, nº 35, 2011.
- **Soares, Camila.** *Desenvolvimento social através do carnaval.* In Porto Maravilha e a Pequena África, Revista Inteligência Empresarial, CRIE/COPPE/UFRJ, nº 35, 2011.
- **Teixeira, Milton.** *O Porto – ventre do Brasil: Um passeio pelas ruínas da Pequena África.* In Porto Maravilha e a Pequena África, Revista Inteligência Empresarial, CRIE/COPPE/UFRJ, nº 35, 2011.
- **Urani, André; Neves, Glaucio; Gutnik, Michel.** *Cidades Brasileiras: Integração dos Esforços Públícos e Privados para a Melhoria do Ambiente Urbano.* In Giambiagi, Fábio; Porto, Claudio. 2022: propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário. Campus. 2011.

Telefone - 0800 570 0800

Twitter - @sebraerj
Facebook - [fb.com/sebraerj](https://www.facebook.com/sebraerj)

www.sebraerj.com.br



RIO DE JANEIRO